



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

PAOLA CAVALCANTE RIBEIRO

A memória coletiva do Colégio Júlio de Castilhos (1964-1985), histórias de resistência e ferramenta de ensino: proposta pedagógica para a musealização da memória juliana.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

05 / 2022



Paola Cavalcante Ribeiro

A memória coletiva do Colégio Júlio de Castilhos (1964-1985), histórias de resistência e ferramenta de ensino: proposta pedagógica para a musealização da memória juliana.

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Ribeiro, Paola Cavalcante

A memória coletiva do Colégio Júlio de Castilhos (1964-1985), histórias de resistência e ferramenta de ensino: proposta pedagógica para a musealização da memória Juliana. / Paola Cavalcante Ribeiro. -- 2022. 80 f.

Orientadora: Caroline Silveira Bauer.

Dissertação (Mestrado Profissional) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Ensino de história. 2. História pública. 3. Ditadura civil militar brasileira. 4. Museus virtuais. 5. Saberes históricos. I. Bauer, Caroline Silveira, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Paola Cavalcante Ribeiro

A memória coletiva do Colégio Júlio de Castilhos (1964-1985), histórias de resistência e ferramenta de ensino: proposta pedagógica para a musealização da memória juliana.

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Caroline Silveira Baur

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Caroline Silveira Bauer

Profa Dra. Carmen Zeli Vargas - UFRGS

Profa Dra. Alessandra Carvalho – UFRJ

Profa Dra. Alessandra Gasparotto - UFPEL

AGRADECIMENTOS

A jornada empreendida no ProfHistória foi permeada de acontecimentos imprevisíveis, de perdas e de muitas descobertas. Como professora do estado, que cumpre uma carga horária de 40hs semanais, lecionando nos três anos do ensino médio e em três disciplinas diferentes – História, Sociologia e Ensino Religioso – conseguir cursar um programa de mestrado que tem a prática de ensino como foco do conhecimento se tornou uma possibilidade real de poder repensar a minha prática cotidiana e enriquecer meus horizontes intelectuais e profissionais. Sendo assim agradeço imensamente ao programa ProfHistória, principalmente ao quadro docente da UFRGS e especialmente a minha orientadora Profa. Dra. Caroline Bauer que sempre expressou otimismo, confiança e apoio nos momentos mais complexos desta caminhada.

Agradeço aos estudantes que me preenchem de sentido e que me fazem sempre cantarolar aquele trecho do Gonzaguinha “ *Eu acredito é na rapaziada...*”. Poder atuar como professora no Colégio Júlio de Castilhos é um privilégio e uma responsabilidade, meu compromisso com a educação pública de qualidade se reforça neste espaço simbólico para o magistério estadual. A gratidão se estende aos estudantes do passado, que marcaram a trajetória do colégio como um lugar de resistência e luta contra as injustiças sociais. O legado se resignifica perante ao contexto nefasto de desvalorização, cerceamento e esvaziamento que o projeto de educação neoliberal implementado pelos governos federal e estadual nos impõe.

Para uma mãe trabalhadora poder estudar, uma estrutura de apoio deve ser estabelecida e, felizmente pude contar com uma condição familiar que foi fundamental em todo o processo. Gratidão à família do meu companheiro – minha sogra Dora e sua companheira Simone, minha cunhada Gabi e minha sobrinha Alice e à nossa memorável tia Luiza – que me abraçou e me acalentou sempre em todos os momentos difíceis, mesclando o consanguíneo com o afetivo e tornando-nos uma família só.

Minha admirável mãe, referência de resistência por toda uma vida. Frente as inúmeras dificuldades e desafios que a vida lhe impunha nunca desistiu, sendo meu exemplo de força feminina, de maternidade e de luta. Meu irmão querido, atravessamos muitas vicissitudes da vida juntos, quando nos mudamos para Porto Alegre e fomos estudar no Julinho, sendo parceiro nos momentos de grandes transformações.

Meus filhos Theodoro, Sophia e Agatha, que me movem diariamente na utopia de um mundo melhor, onde possamos ter uma sociedade mais igualitária e feliz. Farei de tudo ao meu alcance para que vocês sejam pessoas conscientes e responsáveis socialmente. Que o amor infinito que sinto por vocês os auxilie a terem um olhar mais amoroso sobre o mundo e a sociedade.

O alicerce de todo este processo se fundamenta na relação de amor, cumplicidade e companherismo que estrutura a minha vida a dezessete anos. Marcello, ao construir uma vida e uma família juntos, entrelaçamos nossos destinos numa luta diária para manter nossos filhos, nossos ideais de vida e de mundo, sem perder amor e o ardor de estarmos juntos. Amo você e a vida que seguimos construindo.

“Janela para a utopia

Ela está lá no horizonte – disse Fernando Birri – Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano

RESUMO

A presente dissertação busca refletir sobre as possibilidades de usos da memória e da história do Colégio Júlio de Castilhos durante o período de vigência do governo ditatorial (1964-1985) no ensino de História do Brasil nas disciplinas de História e Sociologia. Musealizar o rico patrimônio material e imaterial que o colégio detém se configura como uma necessidade premente na preservação da história brasileira, principalmente deste período tão sensível. A pesquisa buscou sensibilizar os estudantes frente as memórias julianas da ditadura e as consequências de viver sob uma ditadura de caráter repressivo e controlador. A pandemia do coronavírus trouxe um contexto de desagregação das relações educacionais, com estudantes e professores confinados em suas casas e temerosos por sua saúde e enfrentando dificuldades de inúmeras ordens para desenvolver os processos de ensino-aprendizagem no modelo de distanciamento social. No retorno as atividades presenciais ainda de modo parcial e fracionado, a pesquisa se desenvolveu a partir de práticas curriculares que buscaram abordar o desenvolvimento do estado brasileiro e especificamente durante os anos de 1964-1985 a partir da perspectiva da história do colégio. Infelizmente no contexto conturbado de retorno parcial dos estudantes e do processo eleitoral para direção da escola, a elaboração do museu virtual não foi possível, mas a elaboração teórica do projeto e o potencial pedagógico que trabalhar com a história da instituição demonstra, reforça a necessidade de desenvolver projetos de escola, que constem no Plano de Ação e que sejam voltados para a preservação do acervo histórico e memorialístico do Colégio Júlio de Castilhos.

Palavras-chaves: ensino de história, aprendizagem histórica, museus virtuais, ditadura civil-militar, história pública, cotidiano escolar e saberes históricos.

ABSTRACT

The present dissertation seeks to reflect on the possibilities of uses of memory and history of Júlio de Castilhos High School during the period of the dictatorial government (1964-1985) in the teaching of History of Brazil in the disciplines of History and Sociology. Musealizing the rich material and immaterial heritage that the college holds is configured as a pressing need in the preservation of Brazilian history, especially in this sensitive period. The research sought to sensitize students to Julian's memories of the dictatorship and the consequences of living under a repressive and controlling dictatorship. The coronavirus pandemic brought a context of disaggregation of educational relationships, with students and teachers confined to their homes and fearful for their health and facing numerous difficulties to develop the teaching-learning processes in the model of social distance. Upon returning to face-to-face activities, still in a partial and fractional way, the research was developed from curricular practices that sought to approach the development of the Brazilian state and specifically during the years 1964-1985 from the perspective of the history of the college. Unfortunately, in the troubled context of the partial return of students and the electoral process for the direction of the school, the creation of the virtual museum was not possible, but the theoretical elaboration of the project and the pedagogical potential that working with the history of the institution demonstrates, reinforces the need to develop school projects, which are included in the Action Plan and which are aimed at preserving the historical and memorial collection of Júlio de Castilhos High School.

Keywords: teaching of history, historical learning, virtual museums, civil-military dictatorship, public history, school routine and historical knowledge.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Primeira diretoria do grêmio estudantil em novembro de 1943.....	pg. 17
Figura 02 – Notícia de criação do grupo Kaa-Eté em 1979.....	pg. 18
Figura 03 – Fachada do Colégio e suas características sacadas.....	pg. 37
Figura 04 – Fotomontagem com fotografias do acervo do museu.....	pg. 38
Figura 05 – Fotografia retratando o primeiro edifício do Colégio Julinho.....	pg. 58
Figura 06 – Placa comemorativa dos 50 anos do Grêmio estudantil.....	pg. 59
Figura 07 – Quadro em referência aos estudantes assassinados.....	pg. 59
Figura 08 – Obras literárias sobre história/memória juliana.....	pg. 60
Figura 09 – Saguão organizado para as comemorações dos 122 anos.....	pg. 65
Figura 10 – Auditório Luiz Eurico Tejera Lisbôa.....	pg. 70

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	pg. 09
2. HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, HISTÓRIA PÚBLICA E O ENSINO DA HISTÓRIA NA ESCOLA PÚBLICA.....	pg. 15
3. REFLEXÕES SOBRE ENSINO DE HISTÓRIA E MUSEUS VIRTUAIS: CONTEXTOS E POSSIBILIDADES.....	pg.25
3.1. A VIRTUALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE CONHECIMENTO: A RELAÇÃO ENTRE OS MUSEUS E A INTERNET.....	pg. 28
3.2. HISTÓRIA PÚBLICA E O DIÁLOGO ENTRE ENSINO DE HISTÓRIA E MUSEUS VIRTUAIS.....	pg.31
4. O COLÉGIO ESTADUAL JÚLIO DE CASTILHOS E AS POSSIBILIDADES DE MUSEALIZAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DE SUAS MEMÓRIAS.....	pg.34
5. A PESQUISA E A PANDEMIA: OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES FRENTE A NOVAS REALIDADES.....	pg.48
5.1 O ENSINO REMOTO: O ENSINO NO MODELO HÍBRIDO.....	pg.49
5.2 O RETORNO AS AULAS PRESENCIAIS: UM HORIZONTE DE EXPECTATIVAS FRENTE AOS LIMITES DA REALIDADE.....	pg.54
5.3 AS POTENCIALIDADES DO JULINHO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA: UM OLHAR DE ESPERANÇA E OTIMISMO PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	pg.66
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	pg.71
7. REFERÊNCIAS.....	pg.75

1. Introdução

O período ditatorial brasileiro se configura como um tema presente nos conteúdos escolares, livros didáticos e nos planejamentos das aulas de História principalmente. O trabalho com este tema sensível se fundamenta na compreensão da dimensão pedagógica que abordar o governo ditatorial e seus aspectos repressivos possibilitam para nós educadores da área das ciências humanas, principalmente se o compromisso com a educação pública seja estruturado na luta por uma sociedade mais justa, igualitária e que repudie profundamente a violência perpetrada pelas forças estatais. Sendo assim, trabalhar com o tema Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) surge como uma necessidade contundente, frente aos desafios que o ensino de História enfrenta para colaborar com os estudantes no processo de construção de uma consciência social crítica sobre sua própria historicidade.

As reflexões sobre o ensino de História e a ditadura militar estão presentes em inúmeras produções acadêmicas, com múltiplos olhares e possibilidades de trabalho sobre esse período. Mas, apesar da profusão de produções no meio universitário, a experiência cotidiana no ensino básico nos mostra uma realidade preocupante, onde esta temática é tratada com pouca profundidade pelos estudantes, muitas vezes encarando este conteúdo como “ideológico”, aberto a relativizações e que conta com aspectos positivos e negativos que devem ser tratados proporcionalmente. Quando os professores trabalham de forma crítica e reflexiva, problematizando a questão a partir de aspectos do presente, estão passíveis de sofrerem perseguições e coerção das mantenedoras¹.

Além dos possíveis cerceamentos que podemos sofrer dentro da estrutura formal da educação pública, estamos também sob a mira de grupos conservadores de extrema direita que, sob bandeira do ensino sem doutrinação, agem para tentar direcionar políticas públicas e o debate da sociedade em torno do fazer pedagógico

¹ Como o caso ocorrido em 2017 com o professor e História José Luis Morais Mineiro, organizador junto com educadores da área das Ciências Humanas, um projeto denominando “De costas pra Ditadura”, que objetivava problematizar o nome da própria instituição – Colégio Estadual Presidente Costa e Silva. Dentre as propostas do projeto, ocorreu com os estudantes a discussão sobre a alteração do nome da escola, sendo escolhido através de votação o nome Escola Estadual Edson Luis, homenagem ao estudante morto durante o período ditatorial e símbolo da luta estudantil contra repressão. Por sua ação frente ao projeto, o professor foi desligado da escola. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2017/03/professor-que-coordenava-projeto-critico-a-ditadura-militar-e-desligado-da-escola-costa-e-silva/> e <https://ubes.org.br/2017/quase-50-anos-depois-estudantes-lutam-para-homenagear-edson-luis/>. Acessos em: 05 de abril de 2022.

revestido de uma pseudoneutralidade. Movimentos como o Escola sem Partido, criado em 2004, mas que ganhou força política e social a partir de 2015, vem pautando projetos de lei nos âmbitos federais, estaduais e municipais, cujo discurso de defesa da liberdade de pensamento dos estudantes trazem na sua fundamentação uma visão falaciosa de que, nas escolas públicas do país, ocorra uma massiva “ideologização” do ensino por parte dos professores, principalmente propagadores de visões “esquerdistas” de sociedade².

Como nos aponta Cerri (2010), este tipo de flexibilização da ditadura militar e de sua carga repressiva sendo atenuada ou anulada por possíveis benefícios abre precedentes arriscados, sendo o trabalho educativo sobre esta questão de suma importância. O fato de uma família de políticos exaltar um notório torturador e, conseqüentemente, justificar e aplaudir a tortura por ele praticada e induzir sua massa de seguidores a fazer o mesmo, nos demonstra a seriedade que o tema ditadura militar no Brasil deve ser tratada nas aulas de História.

Sabemos que a temática ganhou espaço nos currículos escolares a partir do estabelecimento de políticas públicas voltadas para a promoção de uma base curricular compatível com os valores constitucionais de cidadania, democracia e garantia dos direitos humanos. Conforme Balestra:

“... existe uma relação intrínseca entre formação histórica e consciência histórica, pois o peso do passado entre os jovens é maior onde ele é assumido como política pública pelos processos de formação histórica, entre eles o ensino de história, conferindo perspectiva e historicidade às decisões tomadas no presente.” (BALESTRA, 2016, pg 264)

O fato do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) não abordar a temática ditadura militar brasileira pelo terceiro ano consecutivo na prova de 2021³ é extremamente emblemático e indicativo de uma possível mudança na posição que este conteúdo ocupa nos currículos de História no ensino médio. Desde seu início até o exame de 2018, as questões sobre a ditadura militar no Brasil eram recorrentes e este conteúdo um dos mais presentes nas provas de Ciências Humanas. Conseqüentemente os cursinhos pré-vestibulares e muitos professores de humanas

² Site do Movimento com seus posicionamentos ideológicos, relação dos anteprojeto de lei nas esferas municipais, estaduais e federais e outras informações. Disponível em: <http://escolasempartido.org/> Acesso em 05 de abril de 2022.

³ <https://istoe.com.br/enem-2021-nao-aborda-ditadura-militar-mas-traz-questoes-sobre-temas-sociais/> Acesso em: de abril de 2022.

do ensino médio organizam seus currículos para atender as demandas dos vestibulandos; se o debate sobre a ditadura no Brasil não estiver mais presente nestes processos seletivos, que espaço ele ocupará nos planejamentos? Mesmo de forma utilitária, o espaço conquistado para a discussão dessa temática se configura como um ponto fundamental para a elaboração de uma maior consciência sobre o que foi a ditadura militar e todo seu escopo repressivo.

Pensar em ditadura é pensar em censura e cerceamento do sistema educacional, é falar sobre o silenciamento das vozes dissonantes, sobre a manipulação da informação por décadas e que, mesmo após o processo de redemocratização, ainda se encontra em disputa, principalmente pelo tensionamento provocado pelos grupos de extrema direita e seus mecanismos de revisionismos históricos. Neste momento de ascensão da linguagem digital, onde YouTube⁴ detém autoridade de fala legitimada pelo número de seguidores que possui, é fundamental disputar estes espaços e demarcar um lugar sólido no debate histórico e na construção da memória coletiva sobre o período ditatorial brasileiro. Na plataforma de vídeos Youtube, temos canais de divulgação histórica que buscam trazer os conhecimentos históricos e suas análises baseados em fontes cientificamente constituídas. O canal Nostalgia⁵, atualmente com 14,5 milhões de inscritos, administrado e apresentado por um youtuber sem formação na área de História, conta com 15 vídeos que abordam temas históricos e compilados numa playlist com a denominação Nostalgia História. Os vídeos, segundo o apresentador Felipe Castanhari, trazem a contribuição de historiadores na roteirização e na fundamentação dos temas apresentados. O vídeo que aborda a ditadura militar no Brasil conta com 10.859.595 visualizações⁶; o apresentador, logo nas suas primeiras falas, afirma que o material é fruto de uma intensa pesquisa histórica e que traz proposta de abordar o tema de forma “isenta”, sem apresentar defesa de nenhum dos “lados” e sim trazendo a perspectiva dos diversos grupos envolvidos. Os números grandiosos do canal e de visualizações de seus vídeos trazem a potência que as

⁴ Produção audiovisual que traz uma visão positiva do período ditatorial brasileiro e demoniza os movimentos sociais que se organizavam contra o regime, vinculada pelo canal do YouTube Brasil Paralelo, conta com mais de nove milhões de visualizações e com milhares de comentários que referendam este tipo de discurso legitimador do estado repressivo e violento instaurado no Brasil em 1964. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em 07 de maio de 2022.

⁵ <https://www.youtube.com/nostalgia>

⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=CRbZwM7fjYM>. Acesso em 18 de agosto de 2002.

plataformas de vídeo têm de difusão do conhecimento histórico de se suas formas de abordagem e análise, conforme a proposta e visão de história que seus criadores/administradores convergem. Um canal que apresenta um alcance significativo é o Vogalizando a História⁷ – 211 mil inscritos e que traz na sua playlist dois vídeos abordando o período ditatorial brasileiro, que totalizam em torno de 280 mil visualizações. Outro canal com um bom alcance - 100 mil inscritos - e que traz na sua descrição: “Um canal dedicado à informação, ao debate e à análise política feito por historiadores marxistas” é o História Pública⁸ administrado e apresentado pelo historiador Ian Neves, que reforça em seu nome o intuito do canal de propor uma reflexão histórica crítica.

Neste universo de canais do Youtube que trazem os conhecimentos históricos como tema, a diversidade é grande e vem sendo analisada em diversas produções acadêmicas que refletem o papel desta plataforma no ensino de história. Professores-youtubers, que dialogam de forma direta com uma imensa gama de públicos e que transcendem os limites das escolas e salas de aula emergem como um campo de análise importante para compreendermos o papel das redes sociais e de mídia na construção dos conhecimentos históricos pelos estudantes⁹. Segundo pesquisa sobre a influência do Youtube na aprendizagem dos estudantes, 9 em cada 10 estudantes brasileiros recorrem a plataforma para aprofundar, ampliar e construir conhecimentos nas mais diversas áreas.¹⁰ No que tange aos materiais vinculados na plataforma de vídeo que tem como temática a ditadura militar brasileira, o artigo “*Usos públicos do passado: os jovens e a ditadura nos canais de História do Youtube*” de Jean Aparecido Presse e Juliana Pirola da Conceição Balestra¹¹ analisa cinco canais administrados e apresentados por jovens historiadores, voltados para estudantes em diversas etapas de ensino. Estes canais possuem grande engajamento de público na plataforma e as

⁷ <https://www.youtube.com/c/VogalizandoaHist%C3%B3ria>

⁸ <https://www.youtube.com/c/Hist%C3%B3riaP%C3%ABlicaOficial>

⁹ QUEIROGA Júnior, T., & Dulci, T. (2019). "Professores-Youtubers": análise de três canais do youtube voltados para o ensino de História. Disponível em: . <https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v1.i1.2019.0429> Acesso em 19 de agosto de 2022.

¹⁰ <https://tecnoblog.net/especiais/nao-entendi-na-escola-mas-aprendi-no-youtube/#:~:text=Brasileiros%20usam%20o%20YouTube%20para%20ampliar%20o%20conhecimento&text=A%20pesquisa%20mais%20recente%20sobre,usam%20o%20YouTube%20para%20estudar.> Acesso em 20 de agosto de 2022.

¹¹ PRESSE, Jean Aparecido. BALESTRA, Juliana Pirola da Conceição. Usos públicos do passado: os jovens e a ditadura nos canais de História do Youtube. In: Revista Sures. v. 1 n. 13 (2019): Ditadura(s) no Brasil: autoritarismo, propaganda, apoio civil e ensino – pg. 86 a 105. UNILA, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/1827/1831> Acesso em 20 de agosto de 2022.

narrativas apresentadas impactam a forma como os estudantes compreendem os conhecimentos históricos.

Dentro desta temática, emerge a própria história do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, instituição na qual leciono, cuja ações de resistência de alunos e professores durante o período ditatorial brasileiro levou a escola a ser um espaço de luta reconhecido, como observamos no projeto Caminhos da Ditadura da UFRGS¹², que em seu site traz um mapa interativo de Porto Alegre, localizando os espaços significativos da cidade relativos à ditadura e informando sobre sua relevância histórica. O contexto da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus e a impossibilidade de encontrar os estudantes pessoalmente e desenvolver uma atividade no espaço da escola levou-me a explorar as possibilidades de trabalhar com os meios digitais como ferramenta de conexão entre os discentes e a memória escolar, principalmente durante o período ditatorial brasileiro. Quais vozes poderiam testemunhar o cotidiano escolar de um período tão conturbado? O que suas memórias irão selecionar nesta intersecção entre o recordar um passado traumático num presente que se mostra tensionado pela disputa de narrativas pautadas na dicotomia extremista.

Desta maneira, os questionamentos que movem esta pesquisa convergem para um problema epistemológico: Reconhecer a escola como um espaço histórico relevante auxilia os estudantes a se conectarem com a História do país a qual pertencem e a compreenderem os múltiplos aspectos repressivos do regime ditatorial brasileiro (já que a instituição sofreu diversas formas de coerção, desde perseguições à professores e alunos, presença de censores e interventores, interferência no currículo, ao assassinato de três egressos do Julinho que participaram de movimentos de resistência) ? Poder interagir com testemunhas deste período, ouvir seus relatos, conectar-se com suas memórias proporcionará aos estudantes, neste contexto de distanciamento do espaço escolar, uma compreensão da dimensão política e social da escola, como um espaço fundamental de construção social e de reflexão crítica da realidade, a partir das metodologias elaboradas na aula de História?

Desta forma, os caminhos a serem percorridos para compreender melhor os questionamentos acima podem ser desenvolvidos a partir de quatro eixos interligados. O primeiro eixo foi identificar as possibilidades que a História do Colégio Estadual Júlio

¹² <https://www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraempuertoalegre/>

de Castilhos proporciona para o ensino de História da ditadura militar no Brasil. Abordar este tema sensível não só para a História do Brasil, como também para a história da instituição a qual o aluno está inserido pode se configurar como um caminho possível para a construção de um conhecimento significativo para a formação cidadã, em consoante com a visão expressa por Carmem Gil e Jonas Eugênio (2018):

“Trata-se de uma cidadania que chama a responsabilidade com a justiça, com a defesa dos direitos humanos e com vida no planeta, para que as pessoas possam viver juntas de forma saudável e generosa. Daí, talvez, a relevância da abordagem dos temas sensíveis, vivos e controversos nas salas de aula. (GIL e EUGÊNIO, 2018, pg 156)

Situar o estudante juliano neste passado de luta e trazê-lo para o campo dos temas sensíveis se torna um desafio estimulante, por suscitar uma complexidade de emoções, desde aos aspectos de identidade política a questões ligadas as vivências pessoais e familiares. O debate em torno de um tema cada vez mais controverso e que atualmente conta com o aparato estatal para a difusão de uma visão positiva da ditadura civil-militar se coloca como um objetivo ético-moral para ampliar a consciência, por parte dos estudantes, da violência perpetrada pelo estado de segurança nacional.

O segundo eixo de análise é compreender como os estudantes relacionam os conhecimentos sobre o estado de segurança nacional brasileiro, seu caráter intrinsecamente repressivo e a sedimentação de uma realidade permeada pela violência. Essa busca se norteia no entendimento de que a História é uma construção social, que traz significados ao presente e, pelo fato da ditadura militar brasileira se tratar de um evento traumático carregado de subjetividades e dotado de um caráter “interminável”. Afinal, não houve uma verdadeira ruptura e sim uma insidiosa transição, os significados deste período suscitam tensões e manipulações (FICO, 2012).

Refletir sobre desenvolvimento da habilidade crítica do estudante, no processo de reconhecimento do colégio como um lugar histórico significativo, construído pela ação da própria comunidade juliana ao longo do tempo, onde os estudantes, professores e funcionários foram os agentes ativos dessa história de luta se configura como o terceiro eido de análise. Padrós (2001, pg. 83) nos coloca que “*são os indivíduos que lembram, mas são os grupos sociais que determinam o que deve ser lembrado e como deve sê-lo.*” E para tal se utilizam da construção de uma história

nacional que hoje encontra-se em disputa. Caracterizar a escola como um espaço de resistência durante a ditadura e dar visibilidade a inserção da instituição dentro do projeto Caminhos da Ditadura através do protagonismo estudantil abre possibilidades interessantes de estabelecer uma relação crítica com a escola e a história do país durante a ditadura militar.

A compreensão da escola como um espaço de resistência perpassa pela capacidade de enxergar este passado não como algo distante e deslocado do presente, mas como um marco identitário fundamental, como nos coloca LeGoff (1990, pg. 476): *“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”* Proporcionar aos estudantes o contato com a memória coletiva da escola, através das testemunhas que vivenciaram o cotidiano do Julinho durante o período ditatorial e dos vestígios materiais presentes no espaço físico da escola compõe o quarto eixo de análise. Neste âmbito, pensamos no compromisso social que fundamenta o fazer do campo da História Pública, onde a difusão do conhecimento produzido pela academia e fora dela – com a contribuição, cumplicidade, colaboração e reflexão da própria sociedade – encontre múltiplas possibilidades através dos meios digitais.

2. História do tempo presente, história pública e o ensino da história na escola pública.

A pesquisa se localiza no campo da História do tempo presente, como proposta por Henry Rousso (2016), uma História marcada por tensões e oposições entre memória e história, conhecimento e experiência, distância e proximidade, objetividade e subjetividade. No caso do estado de segurança nacional brasileiro, estes conflitos estão latentes pois, apesar das políticas de reparação estabelecidas a partir de meados da década de 90 e da organização do acervo sobre a ditadura no Arquivo Nacional, o debate escolar sobre este período fica centrado na disciplina de História como conteúdo de duas séries, no 9º do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. Em contrapartida temos uma profusão de materiais audiovisuais que abordam o período sob uma ótica positiva, além das referências memoriais familiares. Portanto

o debate em torno da diferença entre testemunho, fruto da experiência direta e ingênua de um momento histórico (evocação comum nas aulas sobre a ditadura civil militar brasileira), e a produção narrativa informada sobre um determinado evento deve ter espaço na aula de história e ser um dos balizadores da compreensão da história do tempo presente, principalmente se esta é permeada por eventos traumáticos e sensíveis.

Carlos Fico (2012) analisa a ditadura civil militar brasileira como um evento traumático, marcado pela violência de um estado se segurança nacional supressor dos direitos humanos. O autor pondera as particularidades da História do tempo presente, as tensões entre tentativas de esquecimento e discursos de superação, ou de equivalência das ações do estado e da oposição ao regime ditatorial. No caso Brasileiro, este debate está permeado pela frustração, já que os processos que poderiam estabelecer alguns parâmetros de justiça frente as atrocidades cometidas pelo estado foram manipuladas pelos detentores do poder (Lei da Anistia de 1979 e o movimento pelas Diretas Já de 1984) direcionados para uma transição sem rupturas e sedimentando a noção de impunidade frente à violência perpetrada pelos agentes estatais. Apesar de identificar uma ampliação da consciência sobre a repressão brutal do estado, a partir das políticas de reparação engendradas pelo governo FHC e expandidas pelos governos Lula e Dilma (lei de acesso à Informação de 2011), ainda prevalecem alguns mecanismos de restrição como o decreto editado em 1997 que regulamenta a lei 8.159, restringindo em 100 anos o acesso aos documentos que comprometam a intimidade, honra, vida privada e imagem da pessoa.

Marco temporal fundante de um período na história nacional e característico de um evento traumático, a ditadura civil militar se converte num tema sensível a ser trabalhado nas aulas de História. Carmem Gil e Jonas Pacheco (2018) fazem este debate abordando as contribuições de diversos autores, que, ao buscarem definir o conceito de tema sensível, convergem ao caracterizar este conceito pela supressão dos direitos humanos e pela violência em suas múltiplas vertentes. Conforme Mével e Tutiaux-Guillon (2013, citado por GIL e EUGÊNIO, 2018, pág. 144-147), o ensino de temas sensíveis pressupõe um olhar diferenciado e uma metodologia que utilize o controverso como um caminho pedagógico, onde os estudantes são orientados no processo de investigação histórica a partir das evidências analisadas, e estimulados a elaborar sua compreensão dos fenômenos estudados.

Partindo destes pressupostos, a aula de História se transforma em “(...) *um espaço no qual a História possa ser o instrumento da ação social; um instrumento capaz de equipar as novas gerações com as ferramentas para ler as representações que circulam na sociedade do momento presente e que circularam no passado*” (PEREIRA, GRAEBIN, 2010, pg. 172). Este aspecto está intrinsecamente ligado ao ensino dos temas sensíveis, cujo debate crítico e analítico surge como uma necessidade latente para o entendimento do atual contexto do país, auxiliando os estudantes a identificarem os aspectos de permanência dos instrumentos repressivos que caracterizaram o estado de segurança nacional brasileiro e que permeiam a realidade atual dos educandos, imersos num cotidiano marcado pela desigualdade social e a violência.

Dentro da proposta de trabalhar o tema ditadura civil-militar brasileira e entendendo este tema como um tema sensível, volto-me para a instituição na qual leciono, o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, dotada de uma história centenária e marcada pela atuação política dos membros de sua comunidade, ao longo do tempo. São egressos da escola figuras de renome no cenário político e cultural como Leonel Brizola, Ibsen Pinheiro, Paulo Brossard, Moacyr Scliar e Luciana Genro.

Fotografia da primeira diretoria do grêmio estudantil em novembro de 1943. O vice-presidente Leonel Brizola é o último sentado à dir. (Acervo Porto História PH). Fig. 01



Fonte: Site Rua da Margem. Disponível em: <https://www.ruadamargem.com/cultura/2018/10/26/naquele-tempo-do-julinho-colegio-julio-de-castilhos-porto-alegre>

No contexto do estado de segurança nacional, a História do colégio será influenciada pelas mudanças curriculares impostas pelo governo ditatorial, além da interferência direta sobre a direção da escola, exercida por um interventor. Conforme nos demonstra Luciana Vivian da Cunha (2016), a atuação dos estudantes do Julinho durante este período acontecia em diversas vertentes, desde a luta pela manutenção do Grêmio estudantil, fechado em 1967 e reaberto sobre outra denominação em meados da década de 70, até a ação dos estudantes julianos na luta armada, reconhecidamente os egressos Luiz Eurico Tejera Lisboa (cujo assassinato foi debatido num programa televisivo), Jorge Basso e Nilton Rosa, assassinados pelo estado brasileiro.

O ativismo ambiental se configurou como uma outra forma de resistência social e ocupou um espaço importante no cotidiano escolar com a fundação do grupo *Kaa-ete (mata virgem ou mata fechada)*, cujos debates em torno das questões ecológicas eram permeados de reflexões políticas e sociais, com organização de palestras e movimentos de rua. Fundado em 1979, o grupo, segundo relato de uma de suas fundadoras, a professora aposentada da disciplina de Geografia a época, sra. Neiva Schäffer (2001), formado por estudantes do segundo ano incentivados pelos debates ambientais que estavam inseridos

no planejamento da disciplina de geografia, além de impulsionados também pelo contexto político em que se debatia a venda das madeiras nobres amazônicas para o pagamento da dívida externa. A palestra do agrônomo José Lutzemberger no início do ano letivo de 1979 foi a inspiração para que os estudantes organizassem um movimento em defesa da Amazônia, mas que logo extrapolaria para as múltiplas preocupações socioambientais que estavam emergindo no final da década de 1970 e início dos anos 80.

Fotografia da notícia de criação do grupo Kaa-Eté no Jornal do Comércio em 1979. Fig. 02



Fonte da imagem: Site Rua da Margem. Disponível em: <https://www.ruadamargem.com/cultura/2018/10/26/naquele-tempo-do-julinho-colegio-julio-de-castilhos-porto-alegre>

Podemos perceber, através desta breve e limitada exposição, as potencialidades de utilizar a história do Julinho na ditadura como estratégia didática para a construção do conhecimento histórico sobre a ditadura civil-militar no Brasil. A intencionalidade deste uso está fundamentada no entendimento de que, ao aproximar os educandos do passado recente do país, através da ponte simbolizada pela História da própria escola em que estudam, eles consigam se constituir como agentes históricos.

“Portanto, simultaneamente à operação de dar inteligibilidade a um passado pouco conhecido (a História Recente da Ditadura Civil-Militar), é possível ao docente, através do trabalho formal em sala de aula, ampliar o compromisso social com a memória coletiva. Dessa forma, abre a possibilidade de incorporar novos sujeitos sociais e suas experiências de vida, procurando inseri-los em um processo histórico em que recuperem o rol de protagonistas, papel geralmente negado ou secundarizado pela história oficial, que seguidamente os apresentou distantes dos acontecimentos e reduzidos a simples condição de espectadores passivos.” (GASPAROTTO, PADRÓS, 2010, pg.195)

Desta forma, em sintonia com as ideias de Gil e Eugênio (2018), na crença que o trabalho com temas sensíveis, especificamente com a ditadura militar e a repressão no âmbito escolar, possam significar, para os educandos, a percepção e a compreensão destas permanências, percebendo os possíveis usos do passado, principalmente para legitimar os discursos de poder.

“Queremos, portanto, pensar os temas sensíveis com base em questões vivas para a sociedade, controvérsias na historiografia, temas constrangedores para determinados grupos sociais, difíceis no contexto da escola, que possam, queremos crer, produzir esperança nas salas de aula. Não se trata somente de outra forma de se aproximar dos conteúdos de História, mas de considerar os sujeitos para os quais se ensina História e seus contextos de vida, marcados pela violência e pela desigualdade social, além do contexto de quem ensina, marcado pelas perseguições e pela desumanização”. (GIL, EUGÊNIO, 2018, pg. 147)

Balestra (2016) ao analisar o ensino de História da ditadura no Brasil e na Argentina identifica a importância da escola como um espaço privilegiado de construção de memórias. A pesquisa desenvolvida pela autora com nossos vizinhos, onde a temática da ditadura é trabalhada em todas as séries e lembrada continuamente pela sociedade através das *efemeridades*, demonstrou que o aprofundamento no tema pode auxiliar numa ampliação da consciência acerca de evento traumático, coadunando as necessidades de lembrança – recordar para não

repetir - e a busca pela superação através da compreensão do fenômeno, fundamentada pela História e respaldada pela Justiça. Balestra (2016) auxiliou a pensar nas diferentes abordagens desta temática nos contextos escolares brasileiro e argentino. Enquanto no Brasil prevalece uma abordagem escolar superficial, focada nas aulas de História em algumas séries e trabalhada pela perspectiva do estado e seus líderes, na Argentina este tema permeia toda a formação escolar, sendo continuamente lembrado e debatido a partir de uma série de eventos públicos e de iniciativas populares, como as Mães da Praça de maio. Segundo a autora, este debate ampliado sobre trauma da ditadura possibilita que os estudantes argentinos demonstrem uma consciência histórica sobre este período mais fundamentada que os estudantes brasileiros.

Como aborda González (2018), o ensino de história se constrói sob a égide de princípios políticos e éticos, principalmente em países como Brasil e Argentina, que viveram em seus passados recentes, governos ditatoriais que utilizavam a violência sistemática contra sua população como política de estado. O ensino de história assume este caráter contributivo ao fortalecimento da democracia, auxiliando os/as estudantes a compreenderem os conceitos fundantes de uma sociedade democrática como cidadania e direitos humanos. Sendo assim, surge o questionamento: como ensinar para jovens que nasceram e vivem a democracia, as diferenças abissais entre o regime democrático e o ditatorial? Ao refletir sobre esta problemática, González (2018) coloca o tema da seleção dos conteúdos a serem trabalhados – no caso do período ditatorial problematiza-lo sob a perspectiva de permanências e rupturas – como um caminho possível para que os/as estudantes sejam agentes ativos na manutenção de sistemas democráticos de governo.

Como forma de ampliar este debate e extrapolar as fronteiras da escola, a História Pública constitui um substrato teórico importante, fundamentando propostas e ações de difusão do conhecimento histórico, produzido em conexão com a sociedade. A possibilidade de levar a história e a memória do Colégio Júlio de Castilho além dos muros da escola nos instiga a dialogar com autores que trabalham neste campo. Bauer e Trindade (2019) reforçam o aspecto de engajamento da História pública como:

“novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente (ALMEIDA; ROVAI, 2013, p. 3 apud BAUER e TRINDADE, 2019, pg. 50)

Nesta concepção, o campo da história pública digital se desenvolve a partir da expansão das tecnologias da informação e da internet como um importante espaço de propagação de conteúdos ligados ao conhecimento histórico. Segundo Serge Noiret (citado por Lima e Rovai, 2016):

“[...] o desenvolvimento do mundo digital ampliou a ideia de público e modificou as relações entre passado e presente, trazendo de forma cada vez mais intensa a presença de lembrança e disponibilizando-a a um número maior de pessoas numa velocidade mais rápida o que antes poderia permanecer restrito ao debate intelectual. Isso deu origem ao conceito de história pública digital, o que não alterou a seriedade e o compromisso com a história, nem fez desaparecer as tradicionais formas de se constituir arquivos, mas colabora para que fontes e documentos sejam acessíveis a um grande público e para que a participação no debate provocado por disputas políticas em torno da memória seja estendida, saindo dos espaços acadêmicos e trazendo a história para o espaço virtual, mais amplo, em forma do que Noiret chamou de “ego-narrações” em rede (2015, p.34)” (LIMA e ROVAI, 2016, pg. 107)

Neste sentido, os debates desenvolvidos por historiadoras e historiadores em torno da história Pública foram significativos para fundamentar a prática pedagógica. Ao pensar sobre a importância de difundir os conhecimentos históricos e engajar diferentes públicos com o debate responsável, problematizador e íntegro sobre nossa história. Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2016, 2017) traz em seus textos esta preocupação com a democratização do conhecimento histórico, afirmando este compromisso da História pública em fornecer aos mais variados grupos, as ferramentas de acesso e de compreensão da realidade como um processo historicamente construído.

Ao pensar nestas novas possibilidades de difusão do conhecimento histórico que a História Pública nos desafia, principalmente utilizando as tecnologias de informação e comunicação, elaborar um espaço virtual de memória se tornou um caminho neste contexto de isolamento social e suspensão das aulas presenciais. A inspiração surgiu fazer a visita virtual de alguns museus nacionais e internacionais durante esta pandemia e conhecer melhor o trabalho desenvolvido pelo Museu da Pessoa. O artigo de Rosana Miziara, Experienciar museus: um olhar sobre o museu da pessoa (2016) auxiliou a compreender melhor a dimensão deste projeto como uma importante ferramenta de cidadania, um espaço que busca transformar as histórias de vida em fonte de conhecimento e conexão entre as pessoas. As balizas norteadoras do Museu expressam de forma clara este compromisso:

“A história de cada pessoa é valiosa para a construção de uma memória social. A memória oral abre espaço para a transmissão de experiências que se predem com o passar das gerações. Coletar e organizar histórias de vida são formas importantes de produzir conhecimento. A história da senso de identidade e pertencimento e pode estabelecer novos valores sociais. Cidadania inclui respeito à história e aos valores de cada um” (MIZIARA, 2016 – pg.237)

A construção de uma sequência didática diferenciada, que englobe as dimensões epistemológicas e emotivas, que seja norteadas pela controvérsia científica, é um desafio dos professores de História que trabalham com temas sensíveis. Gasparotto e Padrós (2010) abordam esta questão, afirmando que:

“[...] a grande contribuição que o docente escolar poder realizar é a criação de estratégias didáticas para o tratamento dessa temática na escola. Ninguém melhor do que ele para ter a sensibilidade do que pode ou não ser dito ou mostrado, aferir de que forma podem ser construídas pontes entre o conteúdo e seus alunos, gerar atração e reflexão sobre o que é proposto, potencializar espaços e metodologias interativas que extrapolem os materiais disponibilizados, estimulando uma produção textual autônoma e própria dos discentes.” (GASPAROTTO, PADRÓS, 2010, pg. 196)

Os autores afirmam que a temática Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional se tem constituído, nos últimos anos, em um dos campos historiográficos que mais avançou em termos de produção de pesquisas. As questões em aberto não são poucas nem superficiais: a abertura dos arquivos repressivos; o esclarecimento sobre o desaparecimento dos desaparecidos, as execuções e a política de extermínio estatal (caso Araguaia); as ambiguidades da interpretação da Lei de Anistia entre outros. Há evidente crescimento e diversificação de pesquisas, facilmente perceptível em uma rápida consulta às listagens de dissertações e teses em andamento ou defendidas nas universidades nos últimos anos. Vale destacar que tal avanço se dá apesar dos limites impostos pela não abertura completa dos arquivos repressivos. Para os autores, o papel da escola e o papel docente passam a ser profundamente estratégicos para que se consolide a percepção de cidadania e a própria democracia e de que estas construções são um mecanismo de defesa para uma sociedade que, no passado recente, sofreu o terror de Estado.

Organizada como uma sequência didática, a prática pedagógica foi pensada a partir das contribuições de Zabala (1998, pg. 18), como um “(...) conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos.” O autor

debate função social do ensino e da escola, apresentando um olhar mais complexo sobre a questão dos conteúdos, entendido por ele como tudo aquilo que se pode saber para desenvolver um processo de aprendizagem abrangente, que englobe não só as habilidades cognitivas, como também habilidades emotivas, motoras, relações interpessoais, consciência social. Na obra ele analisa as possibilidades de organizar uma sequência didática relacionando conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais: conhecimento, prática e relações pessoais.

Ao pensar a sequência didática, a participação dos discentes, no contexto pandêmico, será desenvolvida de forma híbrida, utilizando ferramentas virtuais e atividades presenciais. Os alunos do segundo ano do ensino médio, que ingressam na instituição, serão os pesquisadores do museu e fonte da pesquisa, já que todas as interações que eles produzirem serão analisadas, utilizando o paradigma indiciário de Ginsburg (1989), buscando os indícios, nas produções dos estudantes, de como eles selecionam, catalogam, comunicam, refletem a memória, as fontes e o próprio papel do museu e da escola, em suas vidas e na história da qual eles estão intrinsecamente conectados. Rodrigues (2005) ressalta um aspecto importante da visão de Ginsburg sobre o paradigma indiciário, coadunando com a proposta da pesquisa e suas fontes: as interações, percepções, produções dos/das estudantes:

“O paradigma indiciário valoriza a aproximação emocional do observador com o seu objeto, os traços e os conhecimentos individuais em detrimento das generalizações. A verdade é o que se consegue provar, às vezes, com auxílio da sensibilidade (emoção) e da razão, porque o absoluto é inatingível. Assim, é preciso enfatizar que a prova no método indiciário, não se restringe ao controle racionalista/positivista. O conhecimento é possível neste paradigma através da relação Razão e Emoção, e não na oposição Racionalismo versus Irracionalismo” (RODRIGUES, 2005, pg. 6)

A sequência didática está organizada em seis etapas, que compreendem: 1. os processos de sondagem (conhecimentos prévios sobre a instituição e o período ditatorial); 2. pesquisa livre sobre a instituição; 3. pesquisa direcionada sobre a ditadura militar no Brasil (biografias de pessoas ligadas à resistência); 4. elaboração de um Plano Museológico (planejamento conceitual do museu virtual: compreende a visão, missão e valores que balizam o projeto); 5. pesquisa e seleção dos componentes do acervo virtual – entrevistas com professoras aposentadas e depoimentos de egressos do colégio que vivenciaram o período ditatorial; 6. Desenvolvimento do museu virtual – elaboração do site.

Para compreender o papel da memória coletiva na formação do conhecimento histórico, a leitura da obra *História e memória*, de Jacques LeGoff (1990), principalmente o capítulo dedicado a memória, onde o autor traça um rico olhar sobre a forma como nos relacionamos com a memória coletiva através dos tempos e das sociedades:

“Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” (LeGoff, 1990. pg426)

Michael Pollack (1989) ao debater a questão da memória, busca analisar os processos que constituem e legitimam a memória coletiva, refletindo sobre as vozes silenciadas dos excluídos e marginalizados. Ao falar sobre enquadramento da memória coletiva, ele define seu papel social:

“A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.” (POLLACK, 1989, pg.8)

Maurice Halbwachs, em sua obra publicada postumamente, *A memória coletiva*, aborda a intrínseca relação entre memória individual e coletiva. *“Um homem que se lembra sozinho daquilo que os outros não se lembram assemelha-se a alguém que vê o que os outros não veem”* (HALBWACHS, 1990, p.228) A lembrança individual sempre estará permeada das experiências coletivas, formando uma teia, uma trama sincrônica que engloba todas e todos que vivem a existência social atual. Suscetível as tensões e conflitos presentes na sociedade, a memória coletiva sofre processos de mitificações e disputas narrativas, sendo fundamental a distinção entre memória coletiva e conhecimento histórico.

Para pautar as metodologias da História Oral, a grande referência são os trabalhos produzidos por Verena Alberti, principalmente a obra *Manual de História Oral* e o capítulo produzido pela autora, contido na obra *Fontes Históricas*, organizada por Carla Pinsky. Apesar de desatualizando no tocante as tecnologias da informação

utilizadas, o manual desenvolvido por Alberti oferece uma ferramenta clara e didática para o desenvolvimento das entrevistas e de que forma este material deve ser tratado.

Dentre as produções oriundas do ProfHistória, a dissertação de Leandro Rossetti, defendida na UFRJ traz uma proposta de elaboração de um museu virtual, o Museu da Lembrança, que reúne as narrativas que os estudantes e a comunidade escolar constroem acerca de determinados conhecimentos históricos. A pesquisa do autor busca compreender de que forma as aulas de história influenciam na construção do conhecimento histórico dos estudantes e de seus familiares, analisando as perguntas desenvolvidas pelos estudantes e os relatos colhidos nas entrevistas com a comunidade, principalmente sobre o período ditatorial brasileiro. A dissertação de Carla Moura, defendida na UFRGS, traz um profícuo debate sobre o papel social dos museus, trazendo o conceito de museologia social e a proposta exposta pela carta de Santiago (1972), convidando os museus a se integrarem nos contextos sociais em que vivem, cientes dos problemas sociais que o cercam. A elaboração de um museu na comunidade onde se situa a escola da autora é a materialização desta nova forma de enxergar o papel do patrimônio e quem o define enquanto tal.

3. Reflexões sobre ensino de história e museus virtuais: contextos e possibilidades

O atual contexto pandêmico, que afeta o mundo de diversas formas, acelerou de maneira significativa a virtualização das relações humanas e seus espaços sociais. As tecnologias da informação e da comunicação (TIC's) ocupam um papel central no cenário de isolamento social, proporcionando não só conhecimento, entretenimento e interação social, mas também ressaltando a profunda desigualdade que assola a realidade brasileira, onde o acesso às tecnologias não acontece de forma extensiva a toda a população. Em 2014, o Marco Civil da Internet (LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014.), que determina os princípios, garantias, direitos e deveres, para o uso da internet no país, reforça em diversos artigos, o acesso à internet como um direito social, uma ferramenta para a diminuição das desigualdades e de acesso ao exercício da cidadania, além de ser dever do estado prover as condições de acessibilidade à

população, principalmente através de políticas públicas de inclusão digital para as camadas mais vulneráveis economicamente.

Como mostra a reportagem da revista Forbes de 20 de abril de 2020:

“Segundo a última pesquisa TIC Domicílios, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), o Brasil tem 126,9 milhões de usuários de internet, concentrados nos grandes centros urbanos e entre pessoas de maior poder aquisitivo – menos da metade (48%) dos brasileiros das classes D e E têm acesso. Dados do Observatório Social da Covid-19 da Universidade Federal de Minas Gerais, que usa dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sugerem que mais de 30 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à internet.” (FORBES, 2020, online)

Estes dados alarmantes podemos verificar no acesso dos estudantes das redes públicas de ensino do país aos recursos educacionais on-line. No colégio estadual em que leciono, menos de um terço dos estudantes acessaram a plataforma Google Classroom utilizada pela escola como fonte de acesso às atividades escolares durante a pandemia. A ampla maioria dos estudantes acessam a internet pelo celular, sendo o pacote de dados um ponto de restrição para o uso da internet. Assistir a vídeos ou utilizar determinados recursos são inviabilizados devido ao alto custo financeiro dos pacotes de dados móveis no orçamento das famílias mais pobres no Brasil. Este abismo informacional presente no sistema de ensino público foi ressaltado neste momento de impossibilidade de aulas presenciais e da necessidade premente de acesso à internet para os estudantes.

O “apagão educacional” passou a ocupar espaço na mídia¹³, mobilizando os poderes governamentais a apresentarem medidas para minimizar esta questão. No Rio Grande do Sul, o governo do estado passou a oferecer internet patrocinada para os estudantes e professores: *“O plano especial de internet pode ser utilizado exclusivamente para conteúdos educacionais, permitindo acesso à plataforma Google Sala de Aula e diversos recursos multimídia, como vídeos, áudios, textos e webconferência.”*¹⁴ (SEDUCRS – online). Outro avanço importante foi a informatização da chamada através do aplicativo Escola RS¹⁵, onde professores

¹³ <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/coronavirus/2020/07/apagao-educacional-pesquisa-aponta-aprofundamento-das-desigualdades-na-pandemia/>
<https://jornal.usp.br/artigos/educacao-e-pandemia-desafios-e-perspectivas/>
<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/09/educacao-desigualdades-e-oportunidades-escancaradas-pela-pandemia.html>

¹⁴ <https://escola.rs.gov.br/internet-patrocinada>. Importante ressaltar que este recurso limita o acesso dos estudantes aos recursos ligados ao Google Classroom, ficando impossibilitado uso livre da internet, para pesquisas ou lazer.

¹⁵ <https://escola.rs.gov.br/o-que-e>

podem fazer os registros diretos no sistema da Secretaria de Educação, e os pais e estudantes podem acompanhar estes registros de frequência, conteúdos e avaliações online. A utilização destes recursos, mesmo com as limitações presentes, vai ampliando as possibilidades do fazer pedagógico, independente da modalidade de ensino (presencial, a distância ou híbrido) e devem permanecer no contexto pós pandemia.

A escola, como espaço fundante da sociedade, estabelece uma relação complexa com TIC's, pois apesar da utilização da tecnologia nas questões organizacionais, de planejamento e pesquisa, no âmbito da sala de aula e dos processos de ensino aprendizagens cotidianas, as educadoras e os educadores utilizam pouco os recursos tecnológicos, ou por não possuírem acesso a esses recursos, ou por não dominarem seus usos (ARRUDA, 2011). Encontramos, como aporte de mídia nas escolas públicas, um espaço com projeto e computador. A aula tradicional, modelo transmissão de conhecimento, deixa o quadro branco e passa pro Datashow:

“[...] percebemos que a apropriação destas tecnologias, quando ocorre, tem sido realizada de maneira a reforçar uma abordagem tradicional do ensino, em propostas que não diferem das práticas tradicionais e não colaboram para uma reciclagem destas, pois não ocorrem alterações de fundo no plano pedagógico, contribuindo para reforçar posturas de apropriação dos conteúdos sem a problematização e a reflexão necessárias.” (AQUINO, 2016, pg.116)

Apesar das dificuldades apontadas no que tange ao acesso à internet e as tecnologias no país e, conseqüentemente, pelo sistema educacional público, as iniciativas de virtualização da vida cotidiana estão inexoravelmente em expansão, num movimento que abarca o todo, impactando profundamente os processos de ensino aprendizagem. A informatização dos espaços escolares e a virtualização do conhecimento se estabelecem como processo em pleno curso, incentivando significativamente a nós, professoras e professores de História, a utilizarmos ferramentas tecnológicas para a construção do conhecimento histórico.

3.1 A virtualização dos espaços de conhecimento: a relação entre os museus e a internet

Esta relação entre conhecimento e tecnologia, no âmbito das instituições ligadas a cultura e patrimônio não é novo. Abordando especificamente os museus, Zaganeeli, Reis e Parente (2019) colocam que:

“[...] a relação entre Internet e museus começou a ser amplamente discutida a partir da International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums a qual aconteceu, a cada dois anos, entre 1991 e 2007. [...] objetivo de promover o potencial da multimídia interativa nos museus, contudo, esses encontros evoluíram para discussões mais amplas, abrangendo todos os aspectos da informática cultural, com a participação de diversos profissionais da área, desde diretores de museus, curadores, designers de exposições, até desenvolvedores de multimídia e pessoas que criam serviços de acesso ao público para disseminar a cultura e engajar os cidadãos no que tange à informações acerca de seu patrimônio cultural.” (ZAGANELLI, REIS, PARENTE, 2019, p. 157)

Nota-se que a preocupação em digitalizar os acervos museais, como forma de preservá-los e disponibilizá-los é uma inquietação que acompanha a expansão tecnológica, além de consoante com a nova visão sobre a função social dos museus como instituições que podem colaborar para a construção de uma cidadania mais plena, consubstanciando os indivíduos dos substratos culturais, artísticos e históricos que constituem a realidade brasileira e mundial. Esta preocupação está presente na *Nova Museologia*, um movimento teórico e metodológico que irá transformar o modo dos museus se pensarem em relação a sociedade. Como afirma Duarte (2016):

“[...]sob a influência da Nova Museologia todas as atividades do museu se tornam objeto de reflexão teórica e política. De muitos modos, o museu é uma instituição que constrói definições de valor. O que decide pesquisar ou ignorar, os bens culturais que seleciona para conservar e expor em detrimento de outros que negligencia, o modo como concretiza essas tarefas e as justifica, com o auxílio de quem, todas estas opções constituem um conjunto de decisões que se tornam matérias merecedoras de interrogação. Os museus são espaços públicos que constroem representações sociais e estas suportam regimes particulares de poder; mas tais representações também podem ser desconstruídas e/ou contestadas e/ou diversificadas (THOMSON, 2002; SPALDING, 2002; BERGERON, 2005). Não mais pode ser escamoteado que o museu é uma instituição cultural e que os objetos que abriga devem, necessariamente, ser equacionados em termos socioculturais. Os significados produzidos e comunicados, não só podem como devem ser questionados.” (DUARTE, 2019, p. 113)

No Brasil, as preocupações com a virtualização dos museus físicos estão expostas nas iniciativas do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), órgão ligado ao Ministério do Turismo e que administra diretamente 30 museus federais, além de

promover políticas públicas para a divulgação da rede museal brasileira e da elaboração do Política Nacional de Educação Museal — PNEM [...] *orientação dirigida ao campo para a realização de ações que fortaleçam o campo profissional e garantam condições mínimas para a realização das práticas educacionais nos museus e processos museais.* (PNEM, online). No site do IBRAM¹⁶, em parceria com o portal Google Arts & Culture, podemos acessar os acervos de seis museus federais, entre eles o Museu Imperial e o Museu Histórico Nacional. A temática da 14ª primavera dos museus - ação de promoção dos museus brasileiros coordenada pelo IBRAM que une instituições museológicas, durante uma semana, em torno de atividades para todos os públicos – que ocorrerá no final de setembro, tem como proposta o desenvolvimento de atividades virtuais, como lives, webinários, visitas virtuais, exposições virtuais ações que busquem a interatividade com o público. Iniciativas que se reforcem durante a pandemia, mas que tendem a seguir como uma forma de democratização do acesso ao conhecimento, de relação direta entre o público e o acervo.

Outra importante iniciativa de virtualização dos museus é o desenvolvido projeto Era Virtual¹⁷, uma plataforma da web desenvolvida com o apoio da UNESCO, Fundação Vale, IPHAN que possibilita a visita virtual de 24 museus, 9 exposições temporárias de diversas temáticas e um tour virtual por 7 lugares considerados patrimônios histórico, artístico, cultural ou natural do Brasil. Este portal apresenta uma grande possibilidade de uso didático, com as visitas acompanhadas de narração e múltiplas informações. Como nos coloca Dumbra (2013) ao analisar um dos museus inseridos no portal:

“Não podemos negar que a disponibilização do acervo dos museus no ambiente virtual já é um avanço. No entanto, o que buscamos é a resignificação deste ambiente, fazendo uso das ferramentas tecnológicas para que seja possível proporcionar experiências mais interativas, promovendo também, espaços de autoria.” (DUMBRA, 2013, p.39)

A interatividade é uma das questões centrais para a definição de um museu virtual. Conforme o debate presente em diversos autores (CARDOZO, AMARAL ?, ARRUDA, 2011, DUMBRA, 2013, WELTER, ZAINA, LELES, RIBEIRO, 2014

¹⁶ <https://www.museus.gov.br/acervos-online/>

¹⁷ <https://www.eravirtual.org/>

DUMBRA, ARRUDA, 2013, RUDEK, 2017, ZAGANELLI, REIS, PARENTE, 2019), um museu virtual caracteriza-se pela grande possibilidade de interações entre o público e o acervo, seja na possibilidade de construção de roteiros próprios de visitação, ressignifica o de obras, quiz sobre o acervo, links com outras institui es, espaços autorais para inser o de objetos pelos visitantes, inser o de depoimentos sobre o acervo, entre inúmeras vias para o estabelecimento de uma rela o de proximidade com os acervos, sem os aspectos “repressivos” de uma visita o ao museu físico, onde normas e distâncias devem ser respeitados com rigor, em nome da preserva o dos artefatos.

Neste aspecto conceitual sobre museus virtuais, Rosali Henriques (2004), debate sobre esta concep o, abordando o conceito   partir duas perspectivas: da virtualiza o de um museu físico, mas que na sua versão online apresente possibilidades de intera o e de experimenta o museológicas diferentes, onde ambas as versões da institui o se complementam e ampliam os canais de rela o do público com o patrimônio musealizado¹⁸; e dos museus essencialmente virtuais, onde a experiência museológica acontece preferencialmente no meio digital, pressupondo ou não a existência de um espaço físico.

Neste segundo caso, temos como exemplo o Museu da Pessoa ¹⁹, um projeto fundado em 1991 no mundo físico e que ganha sua dimensão virtual em 1997, o que irá definir seu caminho museológico. Atualmente no site da institui o, na se o *Sobre o Museu*, encontramos a seguinte defini o: “*O Museu da Pessoa   um museu virtual e colaborativo de histórias de vida. Nossa missão   transformar a história de toda e qualquer pessoa em patrimônio da humanidade.*” (ON-LINE). Inaugurado no contexto pós-ditadura militar, a questão da memória era um tema importante, ocupando espaço central no Congresso Internacional “Patrimônio Histórico e Cidadania”, promovido pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, no ano de 1992 e cujo título do cartaz de divulga o e da publica o oriunda do evento era “O direito   memória”. Este “slogan” transcende o meio acad mico e passa a ocupar um espaço mais amplo, fomentando o debate sobre o direito ao passado como um aspecto fundante da cidadania e da democracia (MIZIARA, 2016)

¹⁸ Para ilustrar esta perspectiva temos o Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS, que no seu espaço virtual oferece uma série de possibilidades de intera o diferentes daquelas encontradas no espaço físico.

<https://www.pucrs.br/mct/experiencia-on-line/>

¹⁹ <https://musedapessoa.org/>

3.2 História pública e o diálogo entre ensino de história e museus virtuais

Ao trazer significado ao patrimônio e análise metodológica sobre a memória, o ensino histórico possibilita um “*aprendizado não somente dos eventos tidos como importantes, mas relaciona toda a construção social e cultural de um povo com os indivíduos comuns, sua identidade [...] e todas as relações presentes na vida de cada sujeito*” (SOUSA, MORAIS, TAMANINI, 2019). Ao trabalhar com as TIC’s, educadoras e educadores criam maiores possibilidades de protagonismo dos estudantes com seus objetos/conteúdos de estudo, além de um ambiente de trocas de conhecimento, já que as/os estudantes demonstram facilidade na aquisição de conhecimento tecnodigital e habilidade nos usos de aparelhos tecnológicos, enriquecendo o elo de aprendizagem e valorizando os conhecimentos próprios das/dos educandos. Aquino (2016) aborda esta questão, fazendo uma importante e notória ressalva:

“Esse seria um momento ideal para estabelecer uma dinâmica de troca de conhecimentos, extrapolando a lógica do ensino tradicional, de maneira a possibilitar maior interação entre aluno e professor, mas sabemos que boa parte dos educadores ainda tem grandes dificuldades com este tipo de prática.” (AQUINO, 2016, pg. 116)

Como um referencial importante para esta discussão entre história, ensino crítico, emancipatório e tecnologias, temos as contribuições teóricas produzidas no campo da História Pública, que tem como premissa o engajamento de diversos públicos com o conhecimento histórico, empregando múltiplos meios e espaços de comunicação e diálogo. Estamos permeados de conteúdos dotados de sentidos históricos, majoritariamente produzidos pela indústria cultural de massa. A televisão no Brasil, através de suas telenovelas e minisséries, teve uma influência significativa sobre a sociedade brasileira e sua relação com o passado. As minisséries de cunho histórico como *Anos Dourados*, *Agosto*, *Anos Rebeldes*, por exemplo, ficaram gravadas na memória dos espectadores no contexto pós ditadura: “*As minisséries, ao criarem uma memória da história nacional, elegeram momentos específicos – o final do governo Vargas, a era JK, o período do regime militar – para a abordagem de temas que se ajustavam às demandas da conjuntura em que elas foram produzidas e exibidas*”. (KORNIS, 2007, pg. 3).

Mas, como nos alerta Teixeira e Carvalho (2019) os conteúdos históricos que são consumidos pelo público leigo são produzidos por profissionais de outras áreas,

como jornalistas e influenciadores digitais. Um exemplo emblemático é a coleção Guia Politicamente Incorreto da História, escrito pelo jornalista Leandro Narloch, que alcançando grande sucesso editorial, conquistando espaço na televisão, a despeito das inúmeras críticas dirigidas às suas obras pelos historiadores profissionais: *“o Guia se propõe a narrar uma história do Brasil desvencilhada da historiografia “politicamente correta”, na expressão do autor. Assim, afirma pretender provocar e polemizar, apresentando uma pequena coletânea de histórias “irritantes e desagradáveis”.* (OGASSAWA, BORGES, 2019, pg. 47) Essa mercantilização e massificação dos conteúdos históricos pode ser utilizada de forma dialética pelos historiadores, como uma oportunidade de ampliar seus espaços de atuação e qualifica-los com um conteúdo fundamentado no rigor metodológico da pesquisa científica, mas que utilize uma linguagem que os aproximem do público em geral. A compreensão histórica é enriquecida com a variedade de vozes e visões e a História Pública convida o público a participar de forma contributiva, mas as vozes dos e das historiadoras devem ser ouvidas, como balizas importantes dos debates sobre o passado e o presente.

Atualmente o meio digital se apresenta como um dos grandes espaços públicos de debates, reflexões, trocas, construções e disputas em torno do conhecimento histórico. Neste ambiente virtual, os discursos não são legitimados pelo reconhecimento acadêmico ou titulações, mas sim pela capacidade de dominar as técnicas de comunicação digital assim conseguindo arregimentar grandes audiências, galgando um alcance global, como as narrativas negacionistas do Holocausto que, apesar de existirem desde a década de 1970, ganharam muita força com a internet e a possibilidade nefasta destes grupos de extrema direita divulgarem seus materiais, incluindo seus principais pensadores, para o público em geral (TEIXEIRA e CARVALHO, 2019), pois encontram um lócus para esse conteúdo.

Nesta disputa em torno da narrativa histórica, a História Pública reforça seu compromisso social, incentivando os(as) historiadores a ocuparem os seus respectivos lugares na divulgação do passado, combatendo o anticientificismo e a leviandade arrogante que vem permeando o debate histórico, ressaltando a importância da história como um elemento de divulgação científica, que aborda questões de interesse público fundamentais (TEIXEIRA e CARVALHO, 2019), já que a compreensão da realidade social perpassa pela consciência histórica que os

indivíduos constroem a partir das inúmeras referências as quais acessa durante sua vida, não apenas através dos conteúdos históricos trabalhados na escola.

Rovai e Lima (2016), fazendo referência a Serge Noiret, refletem sobre o impacto da internet sobre o conhecimento histórico e a constituição da História Pública Digital como aporte teórico necessário:

“[...] o desenvolvimento do mundo digital ampliou a ideia de público e modificou as relações entre passado e presente, trazendo de forma cada vez mais intensa a presença de lembrança e disponibilizando-a a um número maior de pessoas numa velocidade mais rápida o que antes poderia permanecer restrito ao debate intelectual. Isso deu origem ao conceito de história pública digital, o que não alterou a seriedade e o compromisso com a história, nem fez desaparecer as tradicionais formas de se constituir arquivos, mas colabora para que fontes e documentos sejam acessíveis a um grande público e para que a participação no debate provocado por disputas políticas em torno da memória seja estendida, saindo dos espaços acadêmicos e trazendo a história para o espaço virtual, mais amplo, em forma do que Noiret chamou de “ego-narrações” em rede.” (NOIRET, 2015, p.34, apud ROVAI, LIMA, 2016, p. 107).

Nesta troca de conhecimentos, a produção coletiva de um museu pode ser uma metodologia de ensino de história significativa, consubstanciada pela perspectiva de construção de conhecimento histórico elaborada pela história pública digital. Yoshimoto, Oliveira e Catelão (2017) analisam as potencialidades da construção de um museu virtual utilizando uma ferramenta da Web 2.0 – Wiki, um software que permite partilhar e publicar conteúdos de forma colaborativa na rede. Sendo uma etapa constituinte de uma sequência didática, o desenvolvimento de um museu virtual, no contexto da aula de história, abre perspectivas para:

“[...]que estudantes da Educação Básica identifiquem elementos que formam sua identidade, reconhecendo valores, crenças e visões de realidade em meio à análise de documentos históricos. Os debates realizados em sala de aula, entretanto, devem ir além do conceito de identidade, tendo em vista sua submissão a respostas de senso comum oriundas de sentimentos de pertencimento. Para tanto, é preciso considerar a ideia de consciência histórica, que se traduz “(...) na construção narrativa (não fragmentada) do passado como também na interpretação criteriosa de uma multiplicidade de fontes.” (BARCA, 2007, p. 117 apud YOSHIMOTO, OLIVEIRA, CATELÃO, 2017, p. 86).

O processo de construção de um acervo museal com os/as estudantes perpassa pela compreensão dos mesmos sobre a relação entre memória e esquecimento. Como observa LeGoff (1990), a memória coletiva é um ponto de luta

das forças sociais, ter o poder de manipular a memória coletiva sempre foi uma preocupação das classes dominantes historicamente e uma ferramenta de controle social. Ao debater o que ser lembrado, o esquecido obtém uma dimensão crítica, possibilitando a reflexão sobre a importância da multiplicidade de vozes na constituição da narrativa histórica. Nesta multiplicidade, a voz do/da estudante tem força e significado, compondo de forma intrínseca a memória coletiva e configurando-se como uma fonte histórica rica para a construção da compreensão acerca da realidade.

4. O Colégio Estadual Júlio de Castilhos e as possibilidades de musealização de seu patrimônio histórico e de suas memórias.

Sendo professora de história e egressa da instituição, atuar como docente no Colégio Estadual Júlio de Castilhos foi a realização de uma grande ambição profissional e pessoal. A escola faz parte de minha história, pois fui estudante da instituição durante os anos de 1996 e 1997. Quando nos mudamos para Porto Alegre e minha mãe pesquisou por escolas, todas as indicações apontavam para o famoso Julinho como sendo a melhor escola pública da cidade. Foi no ano de 1996 que ingressei na instituição e na militância política através do Grêmio estudantil, impregnando minhas memórias de estudante juliana desta aura politizada que encontrei na escola. Ao retornar, em 2015 como docente, encontro uma instituição que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo ensino público, ainda segue como uma referência para diversas frentes de resistência. Nas lutas do magistério e dos estudantes, sempre temos a participação ativa da comunidade juliana, buscando atuar como um espaço de organização coletiva de docentes e discentes, debates, ponto de partida de passeatas e manifestações²⁰.

²⁰ Protesto realizado na escola, organizado por diretoras/res de 65 escolas estaduais de Porto Alegre, contra o retorno as aulas presenciais durante a pandemia do covid-19, em 02 de outubro de 2020: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/10/diretores-de-escolas-estaduais-fazem-protesto-em-porto-alegre-contr-retorno-presencial-das-aulas-ckfsqw2f1000p012tvn43e4t8.html>;

Protesto realizado por estudantes e professores da escola contra a política de unificações de turmas da Secretaria de educação, em 10 de outubro de 2019: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/10/estudantes-e-professores-protestam-contr-enturmacoes-nas-escolas-estaduais-ck1k0l2uo00x101r2vwzywv9.html>;

Esta instituição de 122 anos, por sua longevidade e importância como local de formação de milhares de indivíduos ao longo de sua história, configura-se como um lugar de memória, em sua tríplice significação, conforme o pensamento de Pierre Nora (1993): um lugar material, onde a memória social está materializada no espaço do prédio e perpetua-se no tempo; um lugar funcional, pois a escola é um espaço que representa [...] *a cristalização da lembrança e sua transmissão*” (NORA, 1993, pg. 22), além da contínua produção de novas lembranças e significados constitutivos da memória coletiva que se alicerça na instituição; um lugar simbólico onde essa memória coletiva, mesmo que não vivenciada por todas e todos os indivíduos, está acessível e tem um sentido para a sociedade de forma mais ampla, da mesma forma que o Julinho situa-se como referência em instituição pública de ensino e presente no imaginário social gaúcho²¹.

Neste sentido, a instituição abrange um importante patrimônio cultural, entendido aqui nos termos da constituição brasileira: “*Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]*”. Esta noção abrangente de patrimônio está intimamente ligada ao processo de redemocratização do país, onde a questão do patrimônio extravasa o que é material passando a considerar as expressões artísticas, culturais e memoriais do povo brasileiro como aspectos importantes para sua formação identitária e cidadã, sendo um direito das comunidades e dos indivíduos ter o seu patrimônio material e imaterial preservado e um dever do estado em promover políticas públicas de preservação e divulgação do patrimônio. Este compromisso constitucional encontra seus horizontes na sua prática devido a inúmeros fatores, principalmente frente a disputa sobre o que deve ser

Protesto e paralisação dos professores estaduais contra o parcelamento dos salários. Ato na Praça Piratini, em frente ao colégio, 02 de maio de 2019: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/ensino/professores-estaduais-fazem-paralisa%C3%A7%C3%A3o-contra-parcelamento-1.336409>.

²¹ O Colégio figura em primeiro lugar na pesquisa Top of Mind 2020, como a escola pública mais lembrada pelos porto-alegrenses entrevistados. “Há 30 anos, o TOP OF MIND RS do Grupo AMANHÃ revela a força das marcas na mente dos gaúchos. A mais tradicional pesquisa de lembrança de marcas do Brasil segue rígidos padrões metodológicos e costuma antecipar tendências de branding com antecedência. O suporte metodológico e técnica de entrevistas presenciais em todas as regiões do estado, serão ouvidas pessoas de ambos os sexos, com idade entre 16 e 65 anos, e de todas as classes sociais, conforme os indicadores do IBGE. Com três pilares: serviços, produtos e comunicação”. (<https://amanha.com.br/eventos/top-of-mind-rs>)

lembrado e como deve ser lembrando, conseqüentemente dotando-se do poder do será esquecido e utilizando este poder da lembrança/esquecimento conforme os interesses do estado:

“A atuação de instâncias oficiais responsáveis pela seleção e formalização do que será oficialmente protegido é permeada por disputas e conflitos. São processos arbitrários e, muitas vezes, cruéis de imposição daquilo que deve ser preservado e rememorado. Ainda que a Constituição Federal de 1988, em seu amplamente citado artigo 216 (BRASIL, 1988), tenha proposto uma abertura que indica a necessidade da participação de diferentes grupos no reconhecimento do patrimônio nacional, efetivamente esse processo tem caminhado a passos lentos.” (BAUER, BORGES, 2019. Pg. 48)

Situamos o Colégio Estadual Júlio de Castilhos como um patrimônio histórico e cultural da cidade de Porto Alegre e da sociedade gaúcha. A conceituação de Canclini (1994) define a forma como percebemos a instituição:

“O patrimônio cultural – ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos” (CANCLINI, 1994, pg 99)

Começamos pelo patrimônio material exuberante que representa o conjunto arquitetônico em que a instituição reside. Projetado pelo casal de arquitetos Enilda e Demétrio Ribeiro para abrigar a instituição depois de um incêndio ter destruído a primeira sede em 1950, o edifício é caracterizado e reconhecido pela suas amplas varandas voltadas para a rua, convidado as/os estudantes julianos a participarem da ativamente do seu contexto social – uma subversão das escolas fechadas e voltadas para o pátio interno – e um imponente salão, onde os grifos de bronze o busto de Júlio de Castilhos ocupam um lugar de destaque e nos remetem a antiga morada da escola consumida pelo fogo. A trajetória casal de arquitetos, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e a forma como eles percebiam o potencial revolucionário da arquitetura são emblemáticos para a construção deste imaginário de luta e resistência. Em 2016 foi anunciado, numa solenidade em homenagens ao casal de arquitetos, o tombamento do edifício como patrimônio da cidade de Porto Alegre. Como destaca a reportagem do jornal Sul21:

“A qualidade arquitetônica da edificação é caracterizada pelos aspectos do modernismo, que naquele período ainda era raro na capital

gaúcha, segundo Rafael Passos. “De certa forma, representou o início do modernismo em Porto Alegre, caracterizado pelos espaços amplos, grandes ornamentações, corredores em forma de terraços abertos para a praça. Internamente, os grandes vidros que davam a relação entre o interno com o externo”, explica o arquiteto. [...] De acordo com a equipe técnica da SMC, inúmeras são as qualidades do projeto, das quais se destacam a precisão na distribuição de funções e circulações verticais, as bem solucionadas questões técnicas – como, por exemplo, o sistema estrutural – a iluminação natural e a ventilação cruzada, os espaços confortáveis, atraentes e adequados ao ensino.” (FOGLIATTO, 2016, online)

Fotografia da fachada do Colégio e suas características sacadas. Fig. 03



Fonte: Site Rua da Margem. Disponível em: <https://www.ruadamargem.com/cultura/2018/10/26/naquele-tempo-do-julinho-colegio-julio-de-castilhos-porto-alegre>

A instituição conta com um museu próprio, mas que não ocupa um lugar adequado para visitas, o que infelizmente impossibilita a utilização do espaço como ferramenta didática. Uma forma encontrada de trabalhar com o acervo foi a oficina desenvolvida por discentes do curso de Licenciatura em História da UFRGS,

disciplina Estágio em História III - Educação Patrimonial (BARZZOTTO e GIL, 2019), onde os objetos do museu foram organizados em caixas temáticas e permitidos aos estudantes manipularem e refletirem sobre seus significados. O diagnóstico que a oficina possibilita sinaliza a importância de trabalhar com o patrimônio e a memória da escola com os estudantes:

“Argumentamos neste artigo que, pensando na hipertrofia do presente e na constante busca de memórias para significá-lo, uma instituição de ensino como a Escola Júlio de Castilhos fica sob a sombra de um passado considerado ideal, ao passo que viveria em um presente decadente. Assim, os alunos e alunas mostraram não se sentir pertencentes às memórias do primeiro caso, pensando-se como sujeitos de uma história paralela da escola, absurdamente distante – tanto temporal, quanto moralmente – da história canônica da instituição.” (BARZZOTTO e GIL, 2019, pg 341)

Fotomontagem com fotografias do acervo do museu. Fig. 04



Fonte: Acervo fotográfico da autora. Agosto de 2022

Além do patrimônio material, temos a memória presente na escola através da Fundação de Apoio ao Colégio Estadual Júlio de Castilhos²², composta por professoras e professores que atuaram e ainda atuam na instituição, além de egressos da instituição. Ponto de apoio importante pra a escola desde sua fundação, capitaneando recursos para uma série de melhorias e projetos na instituição (manutenção dos gramados, compra de materiais para a robótica, financiamento de projetos pedagógicos – Palestras sobre o ENEM, entre outras), além de participarem ativamente no cotidiano da escola, auxiliando inclusive na portaria e nas coordenações de turno, nos momentos de falta de pessoal. Quatro destas professoras aposentadas compartilharam suas memórias para a pesquisa desenvolvida por Luciana Vivian da Cunha, no programa de mestrado acadêmico da UNISINOS e defendida em 2016.

Na dissertação, a pesquisadora identifica a profunda representatividade que a instituição possui para os que passaram por seus corredores e que o período ditatorial influenciou significativamente o fazer pedagógico e as relações que se construíram neste período: “[...] *nota-se que a prática dos professores logo foram observadas, vigiadas e que alguns professores que lá atuavam, sofreram as consequências do período ditatorial, demonstrando que a liberdade de expressão estava reduzida, também, nos bancos escolares.*” (CUNHA, 2016. Pg. 48). Formas de resistência alternativas também surgem, como o movimento ambientalista *Kaae-eté*, no final da década de 1970. Inspirados por uma palestra proferida por José Lutzenberg no auditório da escola, estudantes e professores começaram a produzir materiais, debates e passeatas sobre a questão ambiental, mas que também traziam aspectos de contestação política e crítica social (CUNHA, 2016).

Trilhando os caminhos da história pública digital e museus virtuais, a necessidade de trabalhar com o patrimônio histórico significativo que possui o Colégio Estadual Júlio de Castilhos emerge como uma intersecção possível, principalmente

²² “A Fundação de Apoio ao Colégio Estadual Júlio de Castilhos é uma instituição sem fins lucrativos, cuja finalidade maior e permanente é a de colaborar no desenvolvimento e aprimoramento do ensino do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, auxiliando nesse sentido seus professores, alunos e funcionários. A Fundação teve sua origem em 1999, nas atividades preparatórias às comemorações do centenário da Escola, organizadas sob a iniciativa dos ex-diretores Otávio Rojas Lima e Leda Oliveira Gloeden. Integrados àquele movimento, reuniram-se ex-alunos e ex-professores em encontros que culminaram na assembleia geral realizada em 29 de setembro daquele ano e que instituiu a Fundação. [...] Podem integrar o quadro de colaboradores da Fundação todos aqueles que mantêm um vínculo presente ou passado com a escola, bem como pessoas que, mesmo sem este vínculo, se disponham a contribuir para o alcance dos objetivos da Fundação.” (informações retiradas do site: <https://fundacaojulinho.wixsite.com/fundacaojulinho>)

quando abordamos o período ditatorial brasileiro e suas marcas na memória coletiva da instituição. Com as observações sobre a percepção de inferioridade sentida pelos estudantes em relação ao passado da instituição (BARZZOTTO e GIL, 2019), ressalta-se a importância de se criar mecanismos que possibilitem a reconstrução desta relação a partir do estabelecimento de uma identidade cultural comum, onde o passado dialogue com o presente, neste sentido os aspectos de repressão e luta permeiam as narrativas e aproximam o ontem e o hoje. Kessel (2006) ao analisar a relação entre memória e educação, a partir dos projetos de formação de professores desenvolvidos pelo Museu da Pessoa constata que:

[...] ao trabalhar com a memória, a escola se faz espaço de produção de saberes e rompe com o papel de simples reprodutora dos saberes construídos por terceiros e recebidos prontos. Realiza assim o desafio de contribuir para a formação de indivíduos com uma imagem positiva de si e de seus grupos, constituindo-se como agentes históricos, sensíveis e vinculados com a história local e capazes de dialogar com seus pares e com o mundo. (KESSEL, 2006, pg. 118)

A elaboração de um museu virtual, com a participação ativa dos estudantes e aberta para a colaboração da comunidade se configura como a convergência deste processo. A escolha do recorte temporal do período ditatorial brasileiro se insere na proposta de constituição de um museu narrativa, conforme a definição trazida por Sousa, Morais e Tamanini (2019):

“tomam como princípio a decodificação do contexto histórico, propondo uma análise da escrita da história construída e dos fatos abordados como verdades dadas. Para Silva (2015, p.263) “a linguagem museológica no museu-narrativa é mais focada na razão histórica”. O caráter maravilhoso dos objetos do museu não mais é focalizado com exaltação, mas sim, que fatos históricos podem ser descritos a partir deles.” (SOUSA, MORAIS e TAMANINI, 2019, p.55)

A narrativa que pretendemos desenvolver é do Colégio Estadual Júlio de Castilhos como um espaço de múltiplas resistências, um local de construção de consciência social, onde o engajamento de membros de sua comunidade contra a violência imposta pelo regime ditatorial imprimiu uma profunda marca na memória da instituição. Desde a imposição de um regime militar, a partir do golpe de 1964, o colégio irá sofrer com a repressão, com membros do corpo docente sendo desligados da instituição sob a alegação de serem pessoas de orientação política “de esquerda” e que manifestavam seus pensamentos perante os/as estudantes. No documento de

desligamento da professora Eugênia Grinberg, que atuou como docente da instituição de 1945 a 1964, quando foi desligada, junto com o professor Décio Nunes Floriano, encontramos as seguintes justificativas:

- “1. Elemento de ideias esquerdizantes e por cuja divulgação se empenhou, inclusive através de recomendação de livros didáticos de autores de reconhecida posição esquerdista.
2. Aplaudiu a proposição de solidariedade a Cuba, realizada em frente ao Colégio Júlio de Castilhos.
3. Concitou o comparecimento ao Comício do Largo da Prefeitura de 1º-4-64, de apoio à resistência armada contra a Revolução Democrática.
4. Após a vitória deste movimento, afirmou em aula, no Colégio Júlio de Castilhos que a vitória agora havia sido dos gorilas, mas que, no futuro, as forças populares reagiriam e se tornariam vitoriosas.” (CUNHA, 2016, pg.116)

A repressão ao corpo discente está marcada na memória juliana, simbolizada na imagem e na história dos três egressos da instituição que foram assassinados pelo estado militarizado. Nilton Rosa da Silva, Luiz Eurico Tejera Lisboa e Jorge Alberto Basso são rememorados no espaço escolar através de um poster localizado no saguão de entrada, além do auditório da escola receber o nome de Luiz Eurico. Estes símbolos que remetem a um aspecto tão dramático e sensível de nossa história reforçam esta aura de resistência e luta que encontramos na instituição. Em consoante a esta percepção, temos o projeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre²³, que mapeia dos pontos da cidade representativos do período ditatorial nas questões ligadas a resistência e repressão. Temos a inclusão neste mapa do colégio, representado como um lugar ligado à resistência ao regime militar:

“O grêmio estudantil do colégio conhecido por Julinho congregou muitos militantes e foi um dos grêmios mais ativos na construção de passeatas e mobilizações contra a ditadura civil-militar na capital gaúcha. Um dos participantes do Grêmio era Ico Lisboa, que inclusive, foi expulso do colégio por motivos políticos.” (CAMINHOS DA DITADURA EM PORTO ALEGRE, ONLINE)

Abordar o período ditatorial brasileiro objetiva buscar estas marcas na instituição na qual frequentamos, conhecer os aspectos repressivos que permeavam o cotidiano dos/das estudantes e professoras, refletir sobre as ferramentas de

²³ “Consultando alguns estudos realizados sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil (1964-2014), desenvolveu-se este trabalho no intuito de abordar esta temática na educação básica, a partir do uso de tecnologias de comunicação e informação. O mapa se divide em quatro categorias: locais de repressão, memória da repressão, locais de resistência e da memória da resistência.” (Seção Sobre - [https://www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraempuertoalegre/.](https://www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraempuertoalegre/))

resistência e de organização coletiva; materializar este imaginário em imagens, documentos, pessoas. Poder aproximar este passado com a realidade do/da estudante, que convive com a violência e a repressão, devido as questões sociais e raciais, que resiste também de diversas formas, inclusive no espaço escolar, auxiliando na constituição de sua consciência histórica:

“[...]é importante ressaltar que apesar de únicos, somos sempre seres históricos, isto é, nosso jeito de ver o mundo, nossa linguagem, nosso jeito de vestir e finalmente de considerar o que é significativo ou não resulta do espaço e tempo em que vivemos. Somos sempre parte de uma teia social” (WORCMAN e PEREIRA, 2006, pg. 201 e 202)

A atuação do Grêmios estudantil é um exemplo desta característica marcante de resistência dos estudantes, tanto nas lutas contra a ditadura militar (quando alguns de seus membros foram expulsos e o grêmios fechado, em 1967), quanto na atualidade, ocupando o espaço escolar em 2016 (histórico movimento dos secundaristas brasileiros pela educação pública de qualidade), na luta pelo meio-passe estudantil escolar, por melhores condições de estudo, no combate ao racismo, contra a homofobia e o assédio sexual e moral no ambiente da escola. Saber que a escola foi precursora no debate ambiental, que os/as estudantes desafiavam o controle da ditadura para questionar suas realidades pode auxiliar os/as estudantes a se conectarem com a instituição e seu passado, a compreenderem a historicidade de suas inquietações, possibilitando, no compartilhamento da memória, o sentimento de pertencimento através da construção de uma memória coletiva comum: *“Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos.”* (HALWBACHS 1990, p.26).

Neste sentido, musealizar esta característica marcante de resistência e luta da instituição torna-se uma ferramenta de preservação desta memória coletiva e desta história, inserindo a instituição como uma fonte importante de construção do conhecimento histórico sobre o período ditatorial e contribuindo para a formação da memória coletiva dos processos de luta social do país: *“[...] poder-se-á contribuir para a afirmação da nação, não como algo abstrato, mas sim como aquilo que une e concentra num projeto histórico solidário os grupos sociais preocupados com a forma como habitam seu espaço e conquistam sua qualidade de vida.”* (CANCLINI, 1994. Pg. 114). Através da aula de história, pretendemos que os/as estudantes

compreendam a dimensão política da construção da memória social, como resultado das experiências vividas e relações de poder que permeiam os indivíduos e os contextos em que estão inseridos. Como materialização desta memória coletiva temos a formação do patrimônio cultural de um grupo social.

Ao pensar a sequência didática, os alunos do primeiro ano do ensino médio, que ingressam na instituição, serão os pesquisadores do museu e fonte da pesquisa, já que todas as interações que eles produzirem serão analisadas, utilizando o paradigma indiciário de Ginsburg (1989), buscando os indícios, nas produções dos estudantes, de como eles selecionam, catalogam, comunicam, refletem a memória, as fontes e o próprio papel do museu e da escola, em suas vidas e na história da qual eles estão intrinsecamente conectados. Rodrigues (2005) ressalta um aspecto importante da visão de Ginsburg sobre o paradigma indiciário, coadunando com a proposta da pesquisa e suas fontes: as interações, percepções, produções dos/das estudantes:

“O paradigma indiciário valoriza a aproximação emocional do observador com o seu objeto, os traços e os conhecimentos individuais em detrimento das generalizações. A verdade é o que se consegue provar, às vezes, com auxílio da sensibilidade (emoção) e da razão, porque o absoluto é inatingível. Assim, é preciso enfatizar que a prova no método indiciário, não se restringe ao controle racionalista/positivista. O conhecimento é possível neste paradigma através da relação Razão e Emoção, e não na oposição Racionalismo versus Irracionalismo” (RODRIGUES, 2005, pg. 6)

A primeira etapa da sequência didática consiste num questionário de sondagem, onde perguntas relativas à história da escola e ao período ditatorial brasileiro serão apresentadas aos estudantes, mas sem expor uma correlação. Visamos identificar os saberes prévios, buscando os primeiros indícios apresentados sobre a imagem que os/as estudantes concebem da instituição e sobre o que eles possuem de compreensão acerca da história da ditadura civil-militar brasileira.

Na segunda etapa, os estudantes farão uma pesquisa sobre a instituição, buscarão fotos, vídeos, notícias na internet, de forma livre e depois escreverão um parágrafo sobre a informação mais interessante que encontraram sobre a escola, justificando a escolha. A análise destas produções poderá suscitar uma série de reflexões, desde a página da qual foi extraída a informação (a primeira que aparece, Wikipédia, ou buscou vários sites e realmente escolheu algo que despertou interesse) até a natureza da informação que foi selecionada.

A terceira etapa consiste numa pesquisa direcionada, onde os estudantes deverão selecionar uma biografia no site Memórias da Ditadura, seção Histórias da Ditadura, categoria Biografias da Resistência²⁴ e ler a história de vida de um biografado/a. Os/as estudantes devem escrever em seus cadernos o que sentiram ao ler a história de vida escolhida e elaborar uma pergunta – tema livre – que gostaria de fazer para o biografado. As questões que irão emergir e os sentimentos que as vidas, lutas e mortes de cidadão e cidadãs brasileiras num contexto de violência estatal despertarão possibilitará refletir sobre quais os aspectos do contexto de resistência ao regime ditatorial estabeleceram maiores conexões com os/as estudantes.

Como forma de introduzir os/as estudantes no universo dos museus virtuais, a quarta etapa será a elaboração do Plano Museológico²⁵, contará com a colaboração dos discentes. Este processo será feito utilizando um documento editável virtualmente por todos os/as estudantes participantes do projeto. Os discentes ficarão responsáveis pela elaboração do planejamento conceitual do museu, o que compreende a visão, missão e valores que balizam o projeto, utilizando como base para esta construção a apostila produzida pelo IBRAM, como material de suporte do programa de formação Saber Museu, módulo 1 - Plano Museológico: Planejamento Estratégico Para Museus²⁶. Para subsidiar este processo, é fundamental que os/as estudantes estabeleçam contato com a história da instituição. Para isso, será disponibilizado para o grupo participante da pesquisa, a produção bibliográfica referente a história do colégio contida na biblioteca da instituição. Também será indicado o acesso aos Blogs *Direitos Humanos, Movimento Estudantil no Julinho e Comissão da Verdade*²⁷, projeto desenvolvido por professores e alunos da escola durante os anos de 2013 e 2014 e que reúne um conjunto de postagens pertinentes para a caracterização do período ditatorial brasileiro e o colégio; *Rua da Margem*, do escrito e jornalista Paulo César Teixeira e a leitura da postagem *Naquele Tempo do Julinho*²⁸, que traz um belo texto

²⁴ <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/>

²⁵ O Plano Museológico é conceituado no art. 45, da Lei 11.904/09, como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador. Fica clara, portanto, a dimensão estratégica do plano, onde encontramos a definição da missão, o diagnóstico e a identificação dos públicos.

²⁶ O curso é oferecido pela Escola Nacional de administração Pública – ENAPE, através do portal Escola Virtual: <https://www.escolavirtual.gov.br/programa/17>. O programa é aberto ao público em geral.

²⁷ “Este blog faz parte do projeto pedagógico Direitos Humanos, Movimento Estudantil no Julinho e Comissão da Verdade, desenvolvido no Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Participam os professores Bárbara Maria Nunes, Themis Zacouteguy Boos, Sérgio Rovam Ozório, e as alunas Mariana Guimarães de Fraga e Maria Camila.” <https://julinhonaditadura.blogspot.com/>

²⁸ <https://www.ruadamargem.com/cultura/2018/10/26/naquele-tempo-do-julinho-colegio-julio-de-castilhos-porto-alegre>

sobre a história da instituição, imagem que retratam os diversos momentos desta trajetória, além do vídeo de do cantor Nelson Coelho de Castro – Zé, música que traz referência “*Naquele tempo do Julinho*” e o contexto ditatorial – sendo os sons incidentais utilizados na canção oriundos de manifestações contra a ditadura e do período pré-redemocratização em Porto Alegre / RS (informações contidas na descrição do vídeo, online²⁹). A caracterização do museu e os objetivos estratégicos serão elaborados pela professora-pesquisadora, mas abertos a edições e colaborações dos discentes.

A quinta etapa compreende o estabelecimento do acervo do museu virtual. A proposta será de pesquisa virtual de elementos para a constituição do acervo, a partir da divisão por categorias do acervo museal: imagens, vídeos, reportagens, depoimentos. Os/as estudantes-pesquisadores deverão utilizar a internet como fonte de pesquisa, seguindo a indicação de links previamente organizados pela professora-pesquisadora. Compreendemos neste processo de formação do acervo, o paradigma participacionista de Canclini (1994), que “*concebe o patrimônio e sua preservação relacionando-os com as necessidades globais da sociedade [...] A seleção do que se preserva e a maneira de fazê-lo devem ser decididas através de um processo democrático, em que os interessados intervenham trazendo para o debate seus hábitos e opiniões.*” (CANCLINI, 1994, pg. 105). Para o acervo referentes aos depoimentos, o projeto prevê a coleta de depoimentos de professoras aposentadas que atuaram na instituição durante o período, utilizando a Fundação de Apoio ao Colégio Júlio de Castilhos como um suporte de acesso a essas fontes. Será feita também postagens nas redes sociais, divulgando o projeto e solicitando contribuições de egressos da instituição, que possuam algum documento, imagem, ou que queiram dar um depoimento. As contribuições testemunhais seguirão um roteiro de entrevistas elaborado de forma colaborativa entre a professora pesquisadora e os/as estudantes e seguindo a metodologia da História Oral³⁰. A catalogação destes objetos será

²⁹ https://www.youtube.com/watch?v=Y_7C5kjuw&feature=emb_title

³⁰ Entendida neste projeto conforme a visão de Paul Thompson: “[...] uma abordagem ampla, é a interpretação da história e das sociedades e culturas em processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas e do registro das histórias de suas vidas. A habilidade fundamental na história oral é aprender a escutar. Gostaria de enfatizar que considero a história oral como um campo interdisciplinar. Ela não é simplesmente histórica, mas também sociológica – eu mesmo trabalho num departamento de sociologia, na Universidade de Essex –, antropológica e é parte dos estudos culturais em geral, pois ela se baseia nessa forma fundamental de interação humana, que transcende as disciplinas. (THOMPSON, 2006, pg.20). Importante ressaltar os aspectos metodológicos,

elaborada com o auxílio da professora-pesquisadora, utilizando como base a apostila desenvolvida pelo IBRAM para o módulo 6 do programa Saber Museu - Inventário Participativo.

O desenvolvimento do site também será feito de forma colaborativa com os discentes. A plataforma na qual o projeto será desenvolvido ainda não está definida. Aspectos de interação com o acervo por parte do público também serão organizados em conjunto com os estudantes, como a elaboração de um quiz sobre o acervo em exposição. Os/as estudantes participantes do projeto serão convidados a gravar seus depoimentos, narrando suas experiências, significados e saberes desenvolvidos durante trajeto de pesquisa. As pegadas deixadas pelas/os estudantes durante a trajetória de pesquisa nos auxiliaram a entender como eles se relacionam com esta história marcada por violência e resistência. Quais relações estabelecerão com suas realidades? Quais caminhos percorrerão, através da reflexão sobre a memória social e a história da instituição de ensino em que estudam, pra expandir no tempo e no espaço suas compreensões sobre si mesmos?

A proposta é que esta sequência didática culmine na elaboração de um museu virtual do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, um espaço aberto para todas e todos que, de alguma forma tiveram relação com a histórica instituição, possam contribuir para o enriquecimento de seu acervo através de envio de imagens, vídeos, documentos escolares e depoimentos gravados em vídeos, assim expandindo as fontes para a construção do conhecimento histórico acerca da sociedade gaúcha dos últimos 122 anos: *“O museu e qualquer política patrimonial devem tratar os objetos e os ofícios e os costumes de tal modo que, mais que exibi-los, tornem inteligíveis as relações entre eles, proponham hipóteses sobre o que significam para a gente que hoje os vê e evoca.”* (CANCLINI, 1994, pg. 113). Uma possibilidade futura é a própria digitalização do acervo físico da instituição, que pode ser um projeto didático desenvolvido junto com os estudantes nas aulas de história de forma permanente.

Pensar sobre as múltiplas possibilidades que o uso e o desenvolvimento de museus virtuais para o ensino de história e refletir sobre as inúmeras dificuldades que um projeto neste sentido enfrenta no contexto do ensino público brasileiro é simbólico dos desafios na implementação de novas estratégias didáticas. As pesquisadoras e pesquisadores que buscaram trilhar estes caminhos demonstram que as iniciativas

estruturados em três etapas essenciais: coleta; processamento; integração, difusão e uso. (WORCMAN e PEREIRA, 2006)

são profícuas. Welter, Zaina, Leles e Ribeiro (2014) demonstram que elementos de interação, como o manuseio independente do dispositivo tecnológico e do próprio software, responder um quis após o tour virtual, a seleção das imagens, impactaram positivamente os/as estudantes participantes do projeto, tonando a visitação virtual ao museu uma atividade atrativa e situada na inserção das TIC's no fazer pedagógico. As relações entre ensino de história e patrimônio também apresentam perspectivas que demonstram uma grande capacidade de proporcionar:

“uma aprendizagem mais próxima de um contexto que apresenta os problemas da sociedade e destaca os processos de transformação, os conflitos e interesses de cada grupo social. Nesse aspecto, os atores sociais necessitam reconhecer o seu papel na sociedade e desenvolver uma consciência crítica para nortear suas lutas e condições identitárias.” (SOUSA, MORAIS e TAMANINI, 2019, p.48)

O desafio está posto pelas inúmeras dificuldades de acesso aos recursos tecnológicos que as escolas enfrentam, além da desigualdade brutal entre as regiões do país neste quesito. Aspectos como a própria desigualdade social, crise econômica e social agudizam este quadro e atingem a educação com força, dificultando os processos de ensino-aprendizagem e impactando negativamente na evasão escolar. Mas também reforça o compromisso dos educadores e educadoras pensarem práticas que empoderem os/as estudantes, através do protagonismo de suas narrativas e da conexão de suas histórias individuais com a história de todos nós. Seguindo neste sentido temos a possibilidade de auxiliar, através do ensino de história, os/as discentes na construção de uma cidadania plena, fundamentada numa consciência histórica construída de forma crítica, instrumentalizada a partir dos conhecimentos produzidos pela diversidade cultural presente na sociedade. Frente a isto, a luta deve ser pela democratização cada vez mais da internet e dos recursos que possibilitem o acesso à rede, pois o processo educativo se torna mais pleno quando alicerçado nas múltiplas linguagens, vozes e ferramentas que possuímos atualmente para a troca/construção/difusão do conhecimento histórico.

5. A pesquisa e a pandemia: os desafios e as possibilidades frente a novas realidades.

Este capítulo irá trazer um relato pessoal e profissional deste período extremamente desafiador que vivemos nos últimos dois anos. A pandemia de Covid 19 impôs um contexto em que todos os aspectos de nossas vidas sofreram grandes alterações, e os impactos ecoarão por muito tempo. Como professora e mãe de três crianças em diferentes etapas de escolarização, pude vivenciar as múltiplas dimensões do ensino remoto, suas possibilidades e suas limitações.

Na educação básica, podemos constatar frente as inúmeras reportagens vinculadas na imprensa e pelos relatos das famílias e de estudantes, que o grande sentimento gerado pelo modelo de ensino remoto foi o de frustração. A sensação generalizada foi a de que o processo de ensino aprendizagem não aconteceu de forma efetiva. Estudantes e educadores se transformaram em “burocratas” da educação, cujo objetivo principal era fazer as atividades – cumprir o protocolo – e não necessariamente buscar o desenvolvimento de conhecimentos significativos.

As aulas síncronas on-line reforçaram esta sensação de frustração, em que professores sem formação adequada para o ambiente virtual, se viram como atores desempenhando um monólogo para uma plateia composta de letras maiúsculas, fotos de gatinho e personagens de animes. Câmeras e microfones desligados, estudantes anônimos e isolados em suas casas, enfrentando os desafios próprios da adolescência e agravados pelo contexto de confinamento, desanimados pelas perspectivas sombrias de uma pandemia que se estende indefinidamente no tempo.

O cenário acima descrito é identificado em diversas pesquisas acerca dos impactos da pandemia nos processos de ensino aprendizagem, conforme o artigo de Suzy Menezes e Deise Francisco (2020), cuja metodologia de revisão sistemática de literatura foi norteada pela seguinte “(...) *questão de pesquisa primária: Como a pandemia por COVID-19 impactou socialmente e afetivamente os processos de ensino aprendizagem?* (MENEZES, FRANCISCO. 2020, pg.993). A partir deste levantamento, as autoras puderam identificar aspectos socioemocionais que trazem desafios imensos para os sistemas educacionais e todos envolvidos neste processo. As autoras trazem uma reflexão que coaduna com o microcosmos que enfrentamos no magistério público estadual:

Desse modo, o ensino remoto é uma forma emergencial de manter as atividades de ensino, contudo os estudos apontam a preferência pelo ensino presencial, que remete aos próprios aspectos de socialização que o ambiente escolar e universitário apresenta. A mudança repentina quanto à ausência das instituições educacionais na rotina de estudantes e de professores, afeta as relações sociais que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem. Destaca-se o debate quanto às condições de infraestrutura para acesso às tecnologias, que é observada em escala mundial. Esse aspecto traz mudanças quanto à rotina de professores e de estudantes que por questões sociais não acessam as TDIC ou acessam de forma muito precária, aumentando as desigualdades sociais durante a pandemia. (MENEZES, FRANCISCO. 2020, pg.999)

A vacinação trouxe uma nova esperança e segurança para pensarmos num ano letivo de 2022 mais presencial, sem rodízios de alunos e restrições de acesso aos espaços escolares. Apesar da permanência do uso de máscaras, álcool gel e distanciamento, saber que iremos começar o ano de forma presencial renova os ânimos e reforça a importância crucial do convívio e da troca de experiências, conhecimentos e vivências para a efetivação do pleno desenvolvimento dos estudantes, nos seus processos de construção cognitiva, emocional, social e profissional.

5.1 O ensino remoto: o ensino no modelo híbrido

O ano de 2020 já começou conturbado na rede pública estadual do Rio Grande do Sul. Tínhamos enfrentado uma longa greve no final de 2019, em que perdemos diversos aspectos do nosso plano de carreira. Além disso, saímos desta luta enormemente desgastados, sem nenhuma conquista e com uma carga enorme de aulas para recuperar. No Colégio Júlio de Castilhos o ano letivo de 2019 terminou em fevereiro de 2020. Quando a pandemia iniciou, em março de 2020, estávamos em férias e o ano letivo começaria em abril. Junto ao sentimento de apreensão e medo, somou-se a sensação de profunda incerteza e desconhecimento do que viria a seguir de quais seriam os nossos próximos passos e de quando voltaríamos para as salas de aula.

A Secretaria de Educação do RS suspendeu as aulas presenciais no final de março, impossibilitando o começo do ano letivo de 2020 no Julinho. Na primeira reunião do grupo de professores e direção da escola, ficou claro que estávamos vivenciando uma situação ímpar, em que nenhum dos envolvidos estavam preparados

para o enfrentamento. Não havia um planejamento, um direcionamento claro de como agir, as perspectivas iam se construindo conforme a doença ia se espalhando pelo país e pelo mundo. A primeira informação era que voltaríamos presencialmente em maio e que deveríamos avisar os estudantes e aguardarmos novas informações. Transcorreu o mês e a situação da pandemia se agravava no Brasil, impossibilitando o encerramento do isolamento social e estendendo o estado de quarentena por tempo indeterminado. A política de isolamento social, essencial para o combate da epidemia, trouxe o desafio de pensar ações pedagógicas que pudessem minimizar os prejuízos educacionais e que alcançassem e conectassem professores e estudantes em confinamento.

A primeira ação tomada neste sentido foi a de estabelecer um e-mail e pastas no Google Drive para que os estudantes pudessem acessar e enviar as atividades propostas. Esta organização perdurou até meados de agosto de 2020, quando começou a ser organizado o Google Classroom. Os estudantes demonstravam, através das mensagens nas redes sociais do colégio e nos e-mail que enviavam para a escola, que estavam sentindo-se perdidos, sem orientações detalhadas de como prosseguir, sem conseguir desenvolver as atividades que tentávamos propor por inúmeros fatores, como falta de acesso devido a precariedade dos meios tecnológicos que possuíam, pela falta de internet banda larga, pela dificuldade de compreender as atividades sem uma explicação docente, falta de materiais de suporte pedagógico, etc. O baixo índice de retorno das atividades explicitou que enfrentaríamos um cenário dramático neste sentido. As poucas atividades que retornavam comprovavam que os estudantes não encontravam estímulos para desenvolvê-las, muitas delas acompanhadas de relatos envolvendo quadros de depressão, perdas financeiras da família e agravamento de situações já difíceis, além do luto pela morte de familiares. A sensação de impotência era esmagadora. Como atingir os estudantes? Como estimulá-los para o estudo frente a um cenário tão desolador? Estas questões me atormentavam, não só como educadora, mas como mãe de estudantes em diferentes etapas do ensino básico. Meus filhos apresentavam um grande desânimo e apatia frente as atividades escolares e, mesmo com acesso irrestrito aos conteúdos e a informação (através dos inúmeros materiais pedagógicos que possuímos em casa e do acesso à internet banda larga) e inseridos numa família de professores, não conseguimos desenvolver um processo de aprendizagem remoto que fosse efetivo.

Outra grande preocupação era como aplicar o projeto de pesquisa que tinha elaborado, pensado num contexto anterior a pandemia e que seria desenvolvido presencialmente com os estudantes, através de oficinas no arquivo da escola, visitação ao arquivo público, entre outras atividades. A indefinição de uma possível volta das atividades presenciais, que perdurou por quase todo o ano de 2020, foi outro fator que trouxe uma grande incerteza de qual rumo a pesquisa deveria seguir. Nas reuniões de orientação, fui estimulada a pensar numa proposta que pudesse ser desenvolvida de forma remota, como uma possibilidade de transcender o isolamento de buscar maneiras de conectar os estudantes numa proposta pedagógica diferenciada, mas que mantivesse um dos principais objetivos da pesquisa: utilizar a história do Julinho durante a ditadura militar como ferramenta didática no ensino de história e do conteúdo relacionado ao período ditatorial instaurado entre 1964-1985. Elaborar um museu virtual, um espaço onde pudéssemos organizar a memória da escola acerca deste período, com relatos de pessoas que trabalharam na escola, egressos da instituição que pudessem registrar em depoimentos suas vivências como julianas e julianos foram partícipes da história do colégio. Aprofundando os conhecimentos sobre museologia, patrimônio e as múltiplas possibilidades de musealização que a escola proporciona, apresentei minhas reflexões na qualificação em novembro de 2020, consciente das dificuldades que já estava vivenciando, mas com muita certeza do caminho que estava seguindo como pesquisadora e educadora.

Finalizamos o ano letivo de 2020 de forma remota, com baixíssima adesão dos estudantes, principalmente dos primeiros anos do ensino médio. Lecionava História para cinco turmas de primeiro ano, no turno da manhã. Em média 6 estudantes por turma obtiveram nota no primeiro semestre – turmas de 25 a 30 estudantes – cenário que se repetia nas outras disciplinas. No segundo semestre, a adesão dos primeiros anos continuou muito baixa, com os estudantes manifestando imensas dificuldades de acesso ao ensino remoto, por não possuírem equipamentos necessários ou compartilharem com outras pessoas os recursos tecnológicos que possuem em casa, por não terem plano de dados ou banda larga para acesso à internet. A retirada de material impresso também não foi significativa, visto que a ampla maioria dos estudantes não moram no entorno da escola e sim são oriundos de diversos bairros da capital, sendo o deslocamento via transporte público não recomendado naquele momento da pandemia.

No começo de 2021 vivenciamos um dos piores momentos da pandemia, com o aumento brutal do número de mortes e o drama dos hospitais lotados, da falta de leitos e até da falta de ar – como esquecer o pesadelo vivido por Manaus? Acuados e amedrontados pelo sentimento de morte e perdas, rodeados de sofrimento e luto, vivíamos os desafios de buscar um caminho no meio de tanta dor e insanidades. Buscar parâmetros para organizar a rotina em meio do caos. E, definir algum limite entre a vida doméstica, profissional, pessoal e íntima foram desafios hercúleos que se aprofundaram neste segundo ano de pandemia.

Começar o ano letivo de forma remota novamente foi necessário e ocorreu de forma mais organizada, com o atendimento já estruturado no Google Classroom, com educadores e estudantes mais ambientados a plataforma, o que não minimizou os limites de acesso enfrentados pelos estudantes, alguns deles já abordados nesse relato. Uma tabela de aulas síncronas também foi organizada, onde o corpo docente pode organizar as aulas online. Este fator foi um importante aspecto de interação que pudemos agregar, já que em 2020 as ferramentas pedagógicas de ensino remoto na escola foram apenas atividades escritas, sendo as aulas online iniciativas individuais de poucos professores. Iniciamos o ano contando o uso do Chromebook, aparelho ofertado pela Secretaria de Educação aos professores e que conta, entre suas funcionalidades, com câmera e recursos para ministrarmos as aulas online.

Na distribuição das turmas e disciplinas dentro da área das Ciências Humanas, fui contemplada com a minha carga horária (40hs – 24 turmas) concentrada nas disciplinas de Sociologia e Ensino Religioso, tendo apenas duas turmas de segundo ano com a disciplina de História. Organizei a proposta pedagógica para iniciar a pesquisa nestas turmas de segundo ano, mas com grandes receios devido a baixíssima frequência dos estudantes – em média duas pessoas nas aulas online (duas turmas – 63 alunos matriculados). A primeira atividade, o questionário de sondagem, foi respondido apenas por 15 estudantes das duas turmas, a grande maioria com respostas monossilábicas, alguns devolvendo a atividade em branco.

Analisando a interação que obtive dos estudantes nas primeiras aulas síncronas, percebi que a possibilidade de desenvolver a pesquisa de forma mais satisfatória seria adaptar a proposta pedagógica, em consoante com os conteúdos programáticos, para aplicá-la nas turmas de segundo ano nas quais ministrava a disciplina de Sociologia, cujas aulas online contavam com a participação mais efetiva

dos estudantes, em média 30 estudantes conectados nas aulas síncronas (3 turmas – 105 estudantes matriculados). O currículo de Sociologia no segundo ano traz como conteúdo, no campo de debate sobre poder, política e estado, a formação do estado brasileiro, com uma abordagem que abre a perspectiva de trabalhar o período ditatorial brasileiro a partir do olhar sociológico, analisando os limites na garantia do estabelecimento de direitos e de cidadania a toda população, conectado com a abordagem histórica de constituição do estado de segurança nacional no Brasil. A aula de história presente na disciplina de Sociologia não se configuraria como algo discrepante, e sim como um aprofundamento importante para os estudantes compreenderem o cenário social e político que vivemos, marcado pela repressão e resistência que permeiam a trajetória histórica brasileira.

Reorganizada a questão prática da pesquisa, comecei a aplicação a partir do questionário de sondagem, que trazia as seguintes perguntas relativas à escola: “1. *Durante sua trajetória no colégio Júlio de Castilhos, você teve oportunidade de conhecer presencialmente a escola? Quais suas impressões/lembranças referentes ao espaço físico do Julinho?* 2. *Na sua família tem alguém que estudou no Julinho? Caso afirmativo, quais suas recordações?* 3. *Você já teve algum contato com a história da instituição? Sabe de algum fato/notícia que envolva a escola?”* O objetivo desta sondagem era trabalhar com os aspectos ligados as memórias que poderiam emergir em relação ao colégio, tanto através das recordações e referências dos estudantes quanto de possíveis parentes e conhecidos que teriam estudado no Julinho. Dos 105 estudantes matriculados, apenas 49 responderam ao questionário.

Devido a pandemia e o ensino remoto, nenhum dos estudantes havia frequentado os espaços do Julinho, sendo que a maioria desconhecia a estrutura da instituição. Não tiveram a oportunidade de estabelecer uma conexão afetiva com o colégio, já haviam iniciado suas trajetórias no ensino médio de forma remota e não haviam desenvolvido o sentimento de pertencimento em relação a instituição que estavam matriculados. O Julinho era uma concepção abstrata, que trazia elementos de degradação vinculados pela mídia, mesclados com a ideia de um passado grandioso, como o próprio edifício do qual muitos nunca haviam pisado, conforme os fatos e referências que emergiram das respostas dadas pelos estudantes na questão 3 do questionário de sondagem.

5.2 O retorno as aulas presenciais: um horizonte de expectativas frente aos limites da realidade.

Passamos pelo primeiro semestre seguindo o protocolo de distanciamento social. Aproximando o mês de julho, a vacinação dos professores se tornou uma realidade e a categoria pode ser imunizada em duas doses durante o recesso escolar, possibilitando o planejamento do retorno as aulas presenciais a partir de agosto de 2021. Cercada de expectativas e receios, a volta às aulas aconteceram de forma progressiva, com divisão das turmas em dois grupos, garantindo distanciamento entre os estudantes. As restrições também se aplicavam a circulação pelo espaço: os estudantes não poderiam circular pelos pátios e por outros espaços além da sala de aula, com o lanche entregue de forma individualizada nas salas. As interações eram restritas, com o uso de máscara em todos os momentos e espaços. Um aspecto curioso é relativo as percepções dos estudantes em relação aos professores. Em todas as salas de aula que entrava, os estudantes manifestavam surpresa com meu tamanho, imaginaram que eu era bem mais alta e pareciam decepcionados ao me conhecer pessoalmente, os comentários me fizeram rir, mas também trouxeram à tona antigos traumas relativos à minha diminuta estatura, hoje já resolvidos.

Os protocolos trouxeram uma nova complexidade a rotina escolar, principalmente no quesito de divisão/rodízio dos estudantes na frequência das aulas presenciais e a permanência de um grupo de estudantes no ensino remoto. Tínhamos que desenvolver os conteúdos com três grupos diferentes de uma mesma turma, dificultando o estabelecer de um processo mais dinâmico de desenvolvimento dos conteúdos. As aulas presenciais quinzenais traziam um espaço entre nossos encontros muito extenso. Os estudantes acabavam não desenvolvendo atividades na semana que se encontravam em casa, mesmo levando o livro de Sociologia para casa, acessando os conteúdos. Os alunos que permaneceram no ensino remoto, devido alguma comorbidade ou por estarem trabalhando no turno de aula (além de estudantes que haviam mudado de cidade e que permaneceram matriculados e acompanhando a atividades à distância) continuavam a enfrentar as dificuldades próprias deste modelo inserido no contexto pandêmico. No terceiro ano, haviam turmas que passaram semanas sem nenhum aluno frequentar presencialmente.

A angústia de ver as salas vazias e a preocupação com as consequências desta total desestruturação dos processos de ensino aprendizagem, que envolvem as

rotinas que se desorganizaram, as perspectivas de futuro que nublam, a vontade de transcender pelo conhecimento que foram relativizadas pela grave crise social que vivemos, tornou-se uma companheira constante que me perseguia pelos corredores do Julinho. Os questionamentos sobre os caminhos a seguir, de como transformar este contexto tão negativo numa mola propulsora de novos olhares sobre a escola e sobre nossos estudantes ocupavam minha mente e era tema recorrente de debates entre colegas professores e funcionários.

Outro aspecto inquietante que emerge no retorno presencial formas as questões relacionais entre colegas, direção e funcionários. Relatos de comportamentos mais agressivos entre membros da gestão e servidores me incomodavam profundamente, por acreditar que a escola, em todos seus aspectos e relações, tem um dever pedagógico primário a cumprir, sendo que a relação entre funcionários, professores e gestores deve sempre ser pautada pelos princípios da ética e do respeito, horizonte de todo servidor público. Apesar do retorno esvaziado e gradual da rede estadual, deveriam ocorrer as eleições para as direções das escolas, com o pleito marcado para o final do ano. Frente a esta possibilidade de pensar um projeto de escola mais ética, horizontal e regida pelos princípios da gestão democrática e motivada pelo incentivo incessante das colegas funcionárias e de colegas professores, iniciei a organização de uma chapa para concorrer às eleições para a direção do Julinho. Um projeto audacioso, pois, além de nunca ter participado de cargos de direção de escola, teria que enfrentar as particularidades que o universo do Julinho possui, marcada principalmente pelo conflito e tensão entre servidores.

A empreitada só foi possível devido ao grupo que formamos para disputar a eleição. Junto com colegas comprometidos com uma visão mais afetiva de escola, que estavam profundamente insatisfeitos com o ambiente tóxico que estávamos vivenciando, formamos a chapa Mobilização Juliana, unida em torno de uma proposta de esperança e luta, representando os anseios de uma parcela da comunidade escolar por um espaço de convívio e de aprendizagem mais amoroso e ético. Acreditávamos, a princípio, que a disputa seria pautada pelo coleguismo, com debates de ideias que, mesmo divergentes, teriam a finalidade de trazer benefícios para o colégio e sua comunidade. Infelizmente, passamos a enfrentar inúmeras situações que nos desafiaram a continuar e que trouxeram indignação, estupefação e muita satisfação em reafirmar a importância de lutar pela escola pública. Qualquer situação

adversa é minimizada pela dimensão que o ensino público tem na sociedade brasileira. Busco sempre refletir junto aos estudantes este lugar que a escola pública tem em nossas vidas quando os questiono se alguém seria escolarizado se não tivesse frequentado estes espaços. Uma parcela muito significativa da sociedade seria analfabeta, inclusive eu! Segundo dados do PNAD de 2021³¹, 82,6% dos estudantes do ensino básico estão matriculados nas redes públicas de ensino. Tenho um profundo compromisso e respeito pela sala de aula que piso e reverencio este espaço como fundamental para minha experiência humana neste planeta.

A primeira dificuldade enfrentada foi no ato de inscrição da chapa. Necessitávamos de um documento comprobatório da estabilidade de um dos componentes da chapa, que deveria ser fornecido pela direção da escola. Algo simples que regularizava a vida funcional do colega. Vale ressaltar a outra chapa que disputava o pleito era composta pelos vices diretores da então equipe diretiva, com o apoio dos outros membros, inclusive da diretora que ocupava o cargo no momento. Ao emitir a documentação referente a estabilidade de forma errônea, a primeira tentativa de prejudicar a nossa candidatura estava clara, principalmente quando, verificado o erro no documento, a equipe diretiva se recusou a corrigir, mantendo a postura de total falta de coleguismo na disputa.

As eleições escolares, além de serem um momento de debate de projetos de escola e de participação política da comunidade, tem um caráter profundamente pedagógico, podendo ser vista sob sua dimensão educativa. Estamos desenvolvendo conceitos fundamentais para o viver em sociedade e temos o dever como escola em desenvolver a cidadania e a consciência social nos estudantes. Desta forma, o processo eleitoral deve ser regido pelos princípios da ética, da equidade e respeito, com as regras de campanha seguindo estes preceitos, que estão nos códigos que regem os processos eleitorais nas diversas esferas de participação democrática. Na escola estabelecemos que a campanha deveria seguir esta orientação, sem gastos com matérias de campanha, como camisetas, botons, faixas ou quaisquer outros materiais além dos folhetos com as propostas, que seriam distribuídos nas salas de aula, em momentos previamente combinados e cronometrados. Consideramos abuso de poder econômico a distribuição de brindes de campanha como camisetas ou

³¹ Disponível em:

https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf

botons (infrações cometidas pela chapa oponente e que gerou diversos conflitos entre as chapas e a comissão eleitoral), além do abuso de poder por ocupar a gestão e ter acesso diferenciado aos espaços da escola (como utilizar a escola nos finais de semana para produzir material de campanha, sendo vedada a minha chapa o mesmo acesso, comprometendo o princípio da equidade) e na interação com colegas e estudantes.

Enfrentamos uma disputa extremamente conflituosa, que instaurou um clima de divisão no grupo de servidores e envolveu até o uso de “forças ocultas” (uma boneca “vodu” foi direcionada a minha colega, orientadora educacional e candidata a vice direção, colocada na sua sala e com o nome completo escrito em sua roupa) como forma de nos intimidar, reforçando um aspecto de disputa desleal e virulenta muito negativa para a escola. Na relação com os estudantes, a expectativa era bem mais positiva, afetiva e animadora. A receptividade com a nossa chapa e nossas propostas nos animavam a continuar e traziam um sentimento de acolhimento e reciprocidade. Paralelamente a disputa eleitoral, a rotina de aulas se intensificava, extinguindo a divisão das turmas em grupos em meados de outubro. Turmas começaram a tomar mais corpo, aumentando o número de alunos que passaram a frequentar presencialmente, mas que frente aos números de estudantes matriculados ainda era pequeno

Com o convívio mais próximo com as turmas de Sociologia do segundo ano, pude trazer a pesquisa para o presencial, a partir de uma visita guiada pela escola. As turmas de segundo ano não conheciam a escola e pelos protocolos anteriores não podiam circular. A partir de meados de outubro, com a flexibilização de alguns protocolos, pudemos andar pelos espaços da escola, conhecer os andares e reconhecer os setores. Inseri esta prática como parte da sequência didática relativa a conhecer a história do colégio, utilizando o espaço e sua riqueza patrimonial como ferramenta de ensino. Começamos nossa exploração pelo primeiro andar. Analisar a arquitetura do lugar e poder falar um pouco do projeto e suas intencionalidades, das varandas que conectam os estudantes com a sociedade, dos largos corredores e espaços de convívio que convidam os estudantes a se reunirem, se conectarem. Num dos vidros que circundam a varanda temos uma fotomontagem do primeiro edifício do Julinho e o atual. Os estudantes demonstraram curiosidade sobre a primeira construção e relatei sobre o incêndio, fato que despertou a atenção dos estudantes,

que fizeram perguntas e alguns comentaram que já tinha ouvido alguma história sobre.

Fotografia retratando o primeiro edifício do Colégio Julinho da Avenida João Pessoa, destruído por um incêndio em 1951 (Foto Virgílio Caligari/Acervo do Museu de POA Joaquim José Felizardo). Fig. 05.



Fonte: Site Rua da Margem. Disponível em: <https://www.ruadamargem.com/cultura/2018/10/26/naquele-tempo-do-julinho-colegio-julio-de-castilhos-porto-alegre>

Ao percorrer a galeria dos diretores pudemos refletir sobre inúmeras questões, desde o diretor do começo do século 20 fumando um cigarro na foto até o fato de não termos diretoras mulheres até a década de 1990. Um momento significativo era o reconhecimento do saguão e seus inúmeros registros históricos, os bronzes – dois grifos símbolos da escola e um busto do Júlio de Castilhos – sobreviventes do incêndio. Ao explorar as placas comemorativas que ocupam as paredes de uma parte do saguão de entrada, ressaltai a de comemoração dos 50 anos do Grêmio estudantil, onde aparece os nomes dos presidentes do Grêmio durante este período e que traz a informação do fechamento durante o período de 1967 a 1972. Este momento é oportuno para questionar os estudantes sobre os motivos deste fechamento. Outra placa interessante é a comemorativa dos cinquentenários de formatura da turma de 1960, cuja relação aparecem apenas homens, oportunizando o debate sobre o aceso

Fotografia da placa comemorativa dos 50 anos do Grêmio Estudantil do Colégio. De 1967 a 1972 o Grêmio esteve fechado por determinação do governo ditatorial. Fig. 06



Fonte: Acervo fotográfico da autora. Junho de 2022.

das mulheres ao sistema educacional e o quanto esta conquista ainda é recente. Terminamos a etapa do saaguão junto ao quadro com a referência aos estudantes egressos assassinados pela ditadura militar e que simboliza nossa história de resistência e luta. Um momento onde as três turmas demonstraram bastante interesse ao ouvirem o relato sobre a ação e morte dos estudantes, que, como eles, circulavam pelos espaços da escola, jovens cheios de ideais que tiveram suas vidas ceifadas pelos governos ditatoriais latino-americanos – aproveito para explorar os aspectos

relacionados a Operação Condor. Finalizamos o reconhecimento com a exploração do pátio e sua riqueza vegetal, um momento de descoberta e deslumbramento, em que os estudantes sempre manifestam grande surpresa com a grandiosidade do espaço.

Como forma de avaliar este processo, além das minhas anotações relativas as reações dos estudantes durante o trajeto, entregue para cada estudante participante um pequeno caderno, onde foi solicitado que ele escrevesse um texto relativo aos aspectos interessantes referentes a história do colégio. O retorno foi pequeno, já que no final

Fotografia do quadro em deferência aos estudantes julianos assassinados pelas ditaduras latino-americanas. Fig. 07



Fonte: Acervo fotográfico da autora. Junho de 2022.

de outubro voltamos a dividir as turmas em grupos alternados que frequentavam presencialmente, desorganizando novamente o fazer pedagógico e a rotina escolar. Mas algumas respostas dos estudantes que entregaram o caderno no final do ano me indicaram um retorno positivo no quesito envolvimento com o espaço e a esperança de poder vivenciar plenamente suas potencialidades, como o escrito por uma estudante: *“Com o passeio feito pela professora Paola pude ver que temos muitos espaços que não são valorizados. Espero que meu último ano no Julinho seja utilizando todos os espaços”*. No total foram distribuídos 30 cadernos e apenas 12 retornaram. No geral os 12 textos sobre a visita ao colégio traziam aspectos de deslumbramento com o espaço amplo e algum interesse com a história da instituição, como no trecho em destaque do texto produzido por outra estudante. *“(...) eu gostei de conhecer o ambiente do colégio e espero saber mais da história mais ainda sora. Amo suas aulas.”* estas manifestações de carinho e esperança que os textos trouxeram significam que o espaço e o patrimônio do colégio têm grande potência pedagógica como um estímulo aos estudantes em fazerem parte deste espaço e desta história.

Após esta saída pelo colégio, preparei uma aula expositiva sobre o período ditatorial brasileiro, conforme o planejamento da aula de Sociologia, em que estávamos discutindo a formação do estado brasileiro. Neste material, utilizei a bibliografia sobre o colégio disponível na biblioteca para relacionar o contexto político nacional com o cotidiano escolar. Selecionei dois textos para trabalhar na íntegra com

Fotografia das obras literárias que abordam a história e as memórias julianas e que se encontram no acervo da biblioteca. Fig. 08



Fonte: acervo fotográfico da autora. Junho de 2022

os estudantes, extraídos da obra *Julinho, 100 anos de História*, organizada por Otávio Rojas Lima e Paulo Flávio Ledur (2000): *O Julinho doa “Anos de Chumbo”*, de Paulo Fagundes Vizontini (pg.140 a 142) e Luiz Eurico, Jorginho Basso e Nilton Rosa

Presentes – Agora e Sempre, por Suzana Keniger Lisbôa (pg.155 a 159). Como são textos curtos, fiz a leitura com os estudantes acompanhado pelos xerox disponibilizado, pontuando alguns aspectos do texto com a visita e com o conteúdo de história do Brasil. Esta ação compreendeu dois períodos e a participação dos estudantes foi bem positiva, a leitura guiada permite um maior controle sobre a turma e do acompanhamento do material. Os comentários e questionamentos que registrei no meu caderno de campo – como um estudante que me perguntou se havia personalidades negras na história do colégio, perguntas sobre o grêmio estudantil, como os estudantes namoravam, como era a rádio do Julinho, o jornal – me demonstram que houve um envolvimento significativo das turmas quando trazemos para perto do cotidiano deles um processo histórico. Nestas aulas busquei refletir com os estudantes como um processo político pode influenciar a vida de adolescentes e seu cotidiano escolar, como podemos fazer paralelos com o nosso momento atual, que temos pautas importantes para lutar perante as restrições de direitos, como as mudanças no benefício do meio passe estudantil, que estava sendo debatido e votado pela câmara de vereadores naquele momento³².

Como uma última atividade foi solicitado que os estudantes elaborassem uma pergunta a ser feita a membros da Fundação que vivenciaram o período ditatorial no Julinho. Devido a idade avançada dos entrevistados e os perigos de fazermos qualquer aglomeração, estas perguntas seriam feitas por escrito e seriam repassadas aos entrevistados num encontro sem a presença dos estudantes. Infelizmente a pandemia do coronavírus cerceou diversas iniciativas de maior interação entre as gerações de julianos. Nesta atividade obtive um retorno mediano, com muitos estudantes enfrentando dificuldades em frequentar a escola no final do ano letivo. Obtive 20 perguntas entre as três turmas, sendo que algumas eram repetidas ou muito parecidas – como por exemplo o questionamento em trono de lecionar durante a ditadura, se havia alguma censura, 5 perguntas elaboradas pelos estudantes tinham este mesmo sentido. Conversei com as turmas e selecionamos 2 de cada turma para compor o roteiro de entrevista: 1. *Como era lecionar na escola durante a ditadura, havia censura dos conteúdos?* 2. *Quais eram os maiores problemas que a ditadura trazia no cotidiano escolar?* 3. *Havia alguma regra de separação, distinção ou*

³² <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/11/projeto-que-reduz-isencoes-da-tarifa-de-onibus-em-porto-alegre-e-aprovado-na-camara-municipal-ckwe102bi002d014cibk7adj8.html>

perseguição dos estudantes por questões de gênero, classe, credo, raça ou sexualidade? 4. Havia alguma perseguição da direção sobre os professores? 5. Houve alguma situação de enfrentamento entre professores, alunos e forças repressivas? 6. Como você enxerga a escola hoje? A primeira entrevista foi feita com duas docentes aposentadas que atuaram na instituição durante o período ditatorial, a professora Ilka Lara de Souza, que lecionava Educação física do final da década de 60 até meados dos anos 80 e Ruth Bulhões, professora de Biologia durante as décadas de 60, 70 e início dos anos 80. Como a entrevista só pode ocorrer na segunda semana de dezembro, não foi possível compartilhar com os estudantes a gravação.

Neste contexto permeado por emoções intensas ocorreram as eleições na escola. Nossa chapa saiu vencedora dos dois turnos, com ampla adesão principalmente dos estudantes, o que nos deixou particularmente felizes, pois o projeto pautado na gestão democrática pressupõe a ampla participação da comunidade escolar nos diversos aspectos da gestão, via conselho escolar, grêmio estudantil e no dia a dia da escola, como membro consciente de um coletivo cujas decisões devem ser tomadas sempre de forma mais democrática possível. Um fato que me foi particularmente significativo durante o processo eleitoral foi a postura ética que diversos estudantes tiveram frente a possíveis situações de assédio e manipulação, reportando os eventos e manifestando repúdio e indignação frente a postura de alguns professores e servidores.

Infelizmente, o retorno dos protocolos de distanciamento mais rígidos e o alto índice de evasão escolar que perdurou por todo o segundo semestre impossibilitou que atingíssemos o quórum do segmento estudantes/responsáveis necessários para validar as eleições, já que o número de estudantes matriculados, somado aos responsáveis, era incompatível com a realidade dos alunos que frequentava a escola e que efetivamente poderiam votar. Além disso poucos responsáveis frequentavam a instituição e participavam efetivamente da vida escolar, fato agravado pelo pela epidemia de Covid-19. Não atingido o quórum nos dois turnos, o processo eleitoral segue pra etapa da autoindicação, em que o servidor mais graduado e mais velho tem a preferência para o cargo. Por acreditar na proposta de escola que elaboramos, me indiquei para o cargo de vice-diretora do turno da manhã e outros colegas da chapa também se indicaram para cargos na gestão. Desta forma continuamos a compor um grupo comprometido com o Julinho e unido pelos preceitos de uma gestão

democrática que se constitua na prática cotidiana e não apenas como letra morta da lei.

Do ponto de vista pedagógico, devo reforçar o caráter profundamente educativo e reflexivo deste processo eleitoral. Pude refletir sobre diversos aspectos associados aos conteúdos que estava desenvolvendo nas disciplinas de Sociologia e História, relacionado a teoria com os fatos vividos. Ressalto que estas reflexões junto aos estudantes sempre foram pautadas pelo conteúdo e não personalizadas como forma de direcionar o jogo eleitoral. O comportamento ético sempre pautou as ações junto aos estudantes. Sei como a minha posição de educadora e referência em diversos aspectos pode direcionar o pensamento do estudante e condicioná-lo, justamente um comportamento que se coloca na contramão do pensamento crítico, base para a constituição de uma cidadania plena e uma sociedade politicamente consciente.

Confesso que este processo eleitoral foi desgastante e desnecessariamente pesado, mas não posso negar o aspecto recompensador em receber a aprovação massiva dos estudantes. Fui aluna do Julinho, comecei minha vida política na instituição e sou uma educadora absolutamente realizada na sala de aula. Como pesquisadora busquei trabalhar justamente este aspecto de relação com o espaço e a instituição que estudantes foram impossibilitados de vivenciar devido a pandemia. Reaprender a aprender em grupo, construir laços afetivos com colegas e professores, reorganizar a rotina de frequentar a escola, trabalhar e voltar a viver socialmente foram processos que continuam sendo retomados e ressignificados. Entrei nesta disputa não só como forma de discutir um projeto de escola, mas buscar trazer como ação prática o reconhecimento da escola como um espaço importante para o pleno desenvolvimento dos aspectos cognitivos, emocionais e sociais dos estudantes, lugar que possui um significado pra história por simbolizar vários aspectos de luta social, desde os posicionamentos críticos ao governo ditatorial até os inúmeros movimentos de luta por diretos que participamos até hoje.

Dentro da proposta inicial da pesquisa, as etapas da sequência didática tiveram de ser adaptadas aos novos contextos que se apresentavam, mas dentro da perspectiva inicial de refletir os usos da história do colégio como ferramenta de ensino de história, com foco no regime cívico militar brasileiro. Com muitos paralelos possíveis de serem feitos com o atual contexto brasileiro, onde grupos de extrema direita bradam pela volta do AI-5 e louvam torturadores, poder olhar os rostos dos

nossos julianos do passado, massacrados por regimes ditatoriais assassinos que travestiam suas ações criminosas e odiosas sob o manto da defesa da ordem e sensibilizar os julianos do presente a compreenderem a dimensão brutal dos regimes de exceção, é poder estabelecer pontes de conexão e empatia pelas questões sociais e coletivas. Ontem lutavam pela liberdade de pensar e exercer sua cidadania, hoje continuamos lutando por causas que, na sua essência, são muito parecidas.

Não foi possível desenvolver o museu virtual, mas acredito que o material compilado sobre o tema possa contribuir para a construção de um projeto de escola que trabalhe com a memória e a história do colégio como uma proposta pedagógica presente nos planejamentos da área de ciências humanas. Como atual componente da equipe gestora almejo colaborar de forma significativa para a manutenção do patrimônio histórico do colégio. Desde a manutenção do espaço físico, que através da arquitetura conta a história da mudança de paradigmas sociais e políticos do período pós guerra, até das memórias dos que tiveram a oportunidade de circular pelos amplos e envidraçados corredores do Julinho. A necessidade de preservarmos esta riqueza determina que ações de neste sentido sejam tomadas.

Neste ano a comemoração dos 122 anos foi organizada pela Fundação de Apoio com uma exposição de itens do Museu da escola (espaço que está em péssimas condições e que pelo tamanho diminuto e desorganização impede que seja feita a visita pelos estudantes ou comunidade). O interesse demonstrado pelos estudantes foi imenso. Os álbuns de fotografias antigas, onde os ambientes traziam outras finalidades ou retratavam espaços que hoje não teriam mais utilidade, como a sala de referências, um local onde centenas de dicionários eram armazenados para consulta dos estudantes, suscitou muita curiosidade e abriu possibilidades de conversarmos sobre a história da escola, mudanças e permanências que os estudantes conseguiam identificar. Fiquei circulando pelo saguão e observando a interação dos estudantes com os objetos da exposição. Além dos álbuns de fotografia, sempre fascinantes, os cadernos de registros também despertaram bastante interesse dos estudantes. Anotações referentes a atos indisciplinados dos estudantes geraram comentários de cumplicidade e até espanto com certos fatos, como atitudes de desrespeito aos professores e de brigas entre estudantes registrados em cadernos datados das décadas de 40 e 50. Durante o intervalo levei uma caixa de som para o pátio e fiz uma fala referente a importância do Julinho como um espaço de luta,

resistência, criatividade e muita força, impulsionando nossos estudantes para atuarem de forma crítica e cidadã.

Fotografia do saguão da escola organizado para as comemorações dos 122 anos do colégio, com uma parte do acervo histórico - móveis, documentos, fotografias e objetos de uso cotidiano - da instituição em exposição. Fig. 09.



Fonte: acervo fotográfico da autora. Março de 2022

Atualmente como vice diretora do turno da manhã tenho contato com a totalidade dos estudantes diariamente, além de atender a comunidade de egressos. É recorrente as falas dos que estudaram na escola do quanto o Julinho marcou sua trajetória, que foi um espaço transformador na questão de consciência política. É gratificante receber os estudantes que compartilharam comigo as salas de aula para assinar um certificado de conclusão do ensino médio, pois precisam levar para as universidades. Ouvir dos estudantes que sua aula foi importante na sua construção, que aquele debate foi significativo pro desenvolvimento de um olhar mais crítico e responsável de sociedade é muito recompensador.

5.3 As potencialidades do Julinho como ferramenta didática: um olhar de esperança e otimismo pela educação pública.

No dia do 23 de março de 2022 comemoramos os 122 anos do colégio e convidei alguns estudantes que participaram da pesquisa para falarem sobre a escola durante o recreio. Infelizmente nenhum deles concordou em expressar seus sentimentos e impressões no microfone perante os colegas. Mas um estudante em especial, que participava das aulas de forma bem ativa me enviou um texto de sua autoria que transcrevo abaixo:

Júlio De Castilhos

Antes de ser uma instituição de ensino, é um local de resistência.
 Não um lugar para se frequentar, e sim, um lugar para se ocupar.
 Eu me sinto privilegiado de estar aqui, mesmo com os problemas de hoje em dia que dificultam mais ainda nossa vida escolar.
 Porém também entendo o peso de estar sobe a direção de algo tão grande.
 Tão rico em história e lutas, e ao mesmo tempo tão desrespeitado e esquecido perante ao estado.
 Por sorte temos professores que em sua juventude passaram por aqui, e com isso, conseguem transmitir o quão incrível é fazer parte daqui.
 Professores que mesmo com toda falta de recursos para a educação se empenham em nós proporcionar o melhor possível.
 Se eu fosse resumir a um sentimento o que sinto fazendo parte disso, é simplesmente.
 Liberdade.

Este breve texto traz elementos que encontramos nas inúmeras obras que buscaram resgatar a história e a memória de diversos egressos da instituição que trazem em seus relatos o sentimento de liberdade vividos nos seus tempos de Julinho. No começo do texto o estudante já traz o aspecto de resistência como sustentáculo fundamental da instituição, conectado com outro conceito que permeia a história da instituição, o de ocupação do espaço, como um lugar que o estudante se apropria e utiliza nas suas multiplicidades de possibilidades. A noção de estar num lugar especial perpassa pela noção de privilégio por pertencer a um espaço reconhecidamente importante. A referência a gestão é uma referência de empatia e afeto demonstrado pelo estudante, já que as turmas participantes da pesquisa acompanharam todo o processo eleitoral do colégio e demonstraram grande apoio a minha candidatura. Como fiz menção ao fato de ter estudado no colégio na década de 90 e ter iniciado minha trajetória de militância política no colégio, a alusão a esta informação aparece conectada com a percepção do estudante do meu sentimento de genuíno entusiasmo ao trazer minhas memórias durante nossos debates e durante a visita guiada,

momento que a professora do presente se fundiu com a estudante do passado numa interação de lembranças e sentimentos que emergem durante as aulas que ministrei relacionadas a pesquisa. Perceber que os estudantes, quando manifestam o apreço pelos educadores e reconhecem nossos esforços, valorizam os processos educacionais dos quais participam, compreendendo a força transformadora que a experiência escolar pode trazer em nossas vidas.

Esta visão expressa no texto do estudante é identificada na pesquisa desenvolvida pela professora Marion Michalski (2010), no que tange ao sentimento de liberdade e rebeldia:

Por mais fluidas e fragmentadas que sejam nossas identidades, podemos verificar que existem elementos de permanência da identidade dos julianos e julianas, como a vivência da liberdade. Pode-se perceber isso nos textos e falas dos ex-alunos de todas as épocas. Sempre escuto referências positivas: todos se consideram ainda hoje, julianos. Muitos voltam, fazem trabalhos voluntários na escola ou veem simplesmente visitar, perambular pela escola. Ao olhar mais atento, percebe-se um sorriso distraído nos lábios. (MICHALSKI, 2010. Pg. 36)

Nos depoimentos colhidos nas obras disponíveis na biblioteca – totalizando sete obras – estão presentes os aspectos de formação política desenvolvido nos debates em torno do cotidiano do colégio e das questões da cidade, do país e do mundo, um ambiente de grande efervescência intelectual e cultural. Como rememora Luiz Goulart Filho (2000), que estudou no CEJC no final dos anos 60:

“O colégio era um foco inquieto de ideias. Tanto nas aulas quanto nos corredores, discutia-se apaixonadamente. Falava-se de música, cinema e literatura. Pensava-se o presente e projetava-se o futuro. Tratávamos da vida, dos sonhos e, sobretudo, de política. Havia um sentimento profundo de respeito a liberdade de expressão” (FILHO, 200, pg 29)

Um fato delicioso de narrar para meus alunos foi o ato afrontoso de estudantes que, em plena ditadura, resolveram protestar contra o fechamento do grêmio estudantil e ao desmonte de uma barraquinha construída na praça em frente ao colégio, que simbolizava a resistência estudantil. Como narra um dos estudantes que participou do ato:

“Aquilo não podia ficar assim! Era preciso buscar uma saída, mostrar que o movimento estudantil e os julianos, em particular, não aceitavam a prevalência da força, nem da supressão do direito e da livre associação.

Muito embora compreendêssemos que a repressão que se abatia sobre o Julinho tinha a mão de Brasília e do títere que governava o Rio Grande do Sul, o alvo mais próximo de nossa indignação era o diretor do colégio, homem de confiança do secretário de Educação e do governador do Estado. (...) Ele era um homem que jamais vi sorrir, casmurro e intolerante, cujo apelido

era “Biscoitão”. (...) Decidimos comprar 5kg de biscoitos ‘vovó sentada’ tamanho família e, no apartamento do Beto, morador da vizinhança, passamos as primeiras horas da tarde escrevendo, em cada um dos biscoitos, a frase: “MAGADAN BISCOITÃO”. (...) Cada grupo, de dois ou três estudantes, tinha a incumbência de “panfletar” os biscoitos pelos corredores dos três andares do colégio. O efeito foi imediato: risos, guerra de biscoitos, algazarra e um coro ao fundo... Magadan Biscoitão! Magadan Biscoitão! (...)

A alma rebelde do Julinho não poderia ser contida. Por isso, continuou a perambular entre a juventude naqueles longínquos anos de chumbo.” (FILHO, 2000. Pg 30-31)

Dos inúmeros relatos de antigos professores emerge a fala engajada da professora de História Eugênia Grimberg, que lecionou na instituição de 1946 a 1964, e que foi afastada do cargo sob a alegação de difundir ideias esquerdizantes, ação ocorrida na esteira do estabelecimento Ato Institucional nº1³³. Na obra comemorativa dos noventa anos do CEJC, Eugênia aponta o caráter progressista de seu fazer pedagógico e o ambiente de excelência intelectual e de vivência democrática que predominava na instituição:

“O Colégio Júlio de Castilho alcançou tal prestígio junto à sociedade rio-grandense que pode, orgulhosamente, dizer que seus alunos tinham à sua disposição todos os instrumentos intelectuais indispensáveis a torna-los aptos ao exercício de qualquer atividade. Era comum ouvir dizer que os alunos do Colégio Júlio de Castilhos estavam politicamente preparados para a vida. (...) o Colégio Júlio de Castilhos, em seus noventa anos, pode altivamente dizer que nunca indagou a origem social ou étnica dos que bateram à sua porta e busca de conhecimentos.” (GRIMBERG, in LIMA (org.) 1990, pg. 60)

Quando o estudante do presente juliano faz referência a liberdade, a luta política e a consciência social ele se conecta com esta cultura construída por inúmeras gerações de estudantes e professores que buscaram estabelecer no colégio um espaço plural, onde as tensões e os conflitos emergem pela profusão e não pela homogeneização de ideias. Trabalhar com a história e a memória juliana é ter como exemplo vivido das disputas políticas que se desenrolam nas esferas públicas. Como

³³ Destaco o artigo 7º: Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. § 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 08 de maio de 2022.

diz Cláudio Gutiérrez (1999, pg. 27): *“Em todas as cidades existem locais que, por sua significação no imaginário das pessoas, tornam-se referências, verdadeiros símbolos. O Colégio Júlio de Castilhos, o Julinho, é, para os porto-alegrenses, sinônimo de inconformidade e rebeldia.”*

Destaco o trecho do texto produzido por outro estudante que também escreveu um texto em comemoração aos 122 do colégio: *“Nunca pensei em fazer parte de algo importante e grandioso. Do jeito que a professora Paola contou, muita coisa importante aconteceu na escola. Não imaginava que a ditadura era assim com os alunos, que lutavam por uma vida melhor, mas temos que lutar até hoje”*. Identifico neste trecho alguns pontos interessantes para refletir como a proposta pedagógica de utilizar a história e a memória do Julinho no ensino de história tem possibilidades promissoras. Mesmo não conseguindo desenvolver o projeto de pesquisa de forma que culminasse no museu virtual, as etapas de reconhecimento do espaço e sua história possibilitaram aos estudantes – que expressaram esta compreensão de diversas formas, texto, colocações em debates, comentários – um elo de conexão e de aproximação com o período ditatorial brasileiro e as suas consequências no cotidiano escolar. Esta análise parte do pressuposto do paradigma indiciário de Ginzburg (1989), onde, através do que o autor denomina de *rigor flexível*, possamos:

“acessar formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de que suas regras não se prestam a ser formalizadas e nem ditas (...). Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.” (GINZBURG, 1989 pg.179)

Interpreto aqueles olhos marejados de alguns estudantes frente ao quadro no saguão com as fotos do Luiz Eurico, Nilton e Jorge, visivelmente sensibilizados pela história trágica dos estudantes assassinados como um ponto de conexão com a história da instituição neste período e da brutalidade da repressão política. Da leitura emocionada do texto da Suzana Lisbôa (in: LIMA e LEDUR, 2000), destaco o seguinte trecho final, que trouxe uma grande comoção entre os estudantes presentes, lido na frente da foto do Luiz Eurico presente na entrada do auditório do colégio, batizado em sua homenagem:

“De todas as emoções que vivi na luta por justiça e pelo resgate dos horrores cometidos pela ditadura militar, desde a descoberta do corpo de Luiz Eurico, em 1979, até hoje, poucas se comparam ao que senti (e sinto) ao ver seu nome gravado nas paredes da escola em que o descobri: Luiz Eurico Tejera Lisbôa é o nome do Auditório do Julinho. Lá eu o encontro sempre (às vezes, sorrateiramente, o visito),e lá, onde tudo começou, está gravado o

sacrifício de sua vida, para que as gerações futuras compreendam seu gesto e se ponham vigilantes – *para que nunca mais aconteça!*” (in: LIMA e LEDUR, 2000, pg. 159),

Fotografia da entrada do auditório do colégio, com a placa e o quadro em homenagem ao Luiz Eurico Tejera Lisboa. Fig. 10



Fonte: acervo fotográfico da autora. Maio de 2022

Quando fiz a leitura dos textos extraídos da obra comemorativa aos 100 anos e os estudantes fizeram inúmeras perguntas sobre o colégio, demonstrando interesse em manusear as obras que abordam a história e memória do colégio evidenciou que a história e memória da instituição abrem perspectivas importantes para fazermos reflexões sobre as mudanças e permanências ao longo de períodos históricos significativos. A surpresa de alguns em ver o colégio que estudam como objeto de produções literárias, com

tantos testemunhos de vivências significativas no mesmo espaço que atualmente frequentam demonstra que um horizonte de expectativas positivas foi aberto na visão do estudante, que começa a perceber, ao folhear os livros e ler alguns trechos, a magnitude da história do Julinho, com 122 anos de experiências que marcaram as trajetórias de vida. Lembro que uma estudante comentou que sentia inveja pois não podia aproveitar a escola como as outras gerações devido a pandemia.

Hoje me alegro em ver esta estudante e seus colegas de turma circulando livremente pelos espaços da escola, curtindo um sol no gramado ou jogando vôlei num período vago. Sabemos que muitas experiências escolares sofreram limitações

e que o retorno as atividades presenciais ainda são permeadas de medo de uma possível contaminação por covid-19 e de dificuldades em se readaptar ao espaço coletivo e a rotina escolar. Mas sou otimista quanto a nossa capacidade de superar os desafios, compreendendo que a essência do Julinho é a liberdade, os valores democráticos e a resistência na defesa do ensino público de qualidade como um significativo caminho de transformação social para nossos estudantes.

6. Considerações finais

Retomar a trajetória empreendida durante a trajetória do mestrado, desde a entrada no programa, o primeiro projeto pensado num contexto pré-covid 19, onde pretendia trabalhar com os arquivos da escola (patrimônio histórico da educação gaúcha e brasileira), até os momentos de profundo questionamento vivenciados no auge do confinamento, com temores rondando todas as esferas da vida, é um processo doloroso e enriquecedor. Repensar os rumos da pesquisa e abrir mão de um projeto que já estava em andamento, com a pesquisa bibliográfica avançando, a estrutura das oficinas sendo delineadas e o entusiasmo de poder trabalhar com fontes primárias tão ricas em informações e possibilidades esvanecendo frente a realidade do distanciamento e das aulas remotas. A potencialidade do arquivo escolar do Julinho abre perspectivas promissoras de inúmeras pesquisas que busquem compreender diversos aspectos da educação pública, desde questões normativas, curriculares até questões comportamentais dos estudantes; além das relações com a história gaúcha e brasileira possíveis de serem feitas utilizando as fontes contidas no arquivo do colégio.

Vivenciando os dilemas de reorientar a pesquisa e buscando compreender a nova realidade de isolamento social, a possibilidade de trabalhar com o virtual trouxe um caminho a ser trilhado, convergindo com as demandas da nossa realidade e colaborando para a formação de um rico acervo histórico acessível a todos que possuam os meios e que queiram acessar este patrimônio. Os debates sobre a História Pública e seus múltiplos horizontes de ação trazem os subsídios teóricos necessários para a elaboração de um projeto neste âmbito, além de coadunarem com os princípios que a museologia crítica apresenta em relação a construções de acervos que trazem um compromisso social claro na ampliação das vozes que constituem o

patrimônio histórico de uma sociedade. Construir um museu virtual, constituído das memórias das pessoas que compuseram a comunidade escolar ao longo do tempo, do patrimônio material e imaterial da instituição digitalizado e envolver os estudantes nestes processos de seleção, organização e constituição dos acervos históricos é uma ação que ainda pretendo desenvolver no Colégio, como um aspecto constituinte do Plano de Ação da instituição, que traga no seu escopo projetos voltados para a preservação da história do Julinho.

Dentro das possibilidades trilhadas, trabalhar a história do Julinho durante a ditadura militar como conteúdo constituinte do planejamento da aula de Ciências Humanas, utilizando as consequências sofridas pela instituição dos aspectos repressivos que norteavam o governo ditatorial, demonstra possuir um grande potencial em auxiliar os estudantes a compreenderem o caráter violento e cerceador de um regime militar, além de traçar paralelos com os aspectos de continuidade que sociedade brasileira carrega. Questionamentos emergem nas aulas, principalmente quando analisamos os dados estatísticos relativos à violência urbana e que atinge os jovens no Brasil. Segundo os dados apresentados pelo Atlas da Violência 2021, 53% das vítimas de homicídio no Brasil são jovens entre 15 a 29 anos, nomeada de *Geração Perdida*, já que entre 2009 a 2019 o país atingiu a marca e 333.330 jovens assassinados³⁴, sendo as forças policiais responsáveis por uma parcela significativa destas mortes³⁵. Os dados retratam que a juventude segue sofrendo inúmeras violências perpetradas pelo aparato estatal. Os jovens que estudaram no Julinho e foram assassinados pelas ditaduras latino-americanas somam as estatísticas nefastas da época onde o Brasil contava com muitos estudantes secundaristas e universitários entre os mortos e desaparecidos.

Trazer as obras literárias relacionadas ao Julinho na sala de aula foi uma experiência muito produtiva, perceber o interesse despertado pela escola ter registros sobre sua existência, entender que vários daqueles relatos eram feitos por pessoas consideradas ilustres na sociedade gaúcha, mesmo desconhecendo os indivíduos os estudantes reconhecem que são pessoas que tem ou tiveram uma trajetória de

³⁴ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3956-dashboard-atlas-2021.pdf>
Acesso em 16 de maio de 2022.

³⁵ Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/violencia-policial-no-brasil/> e em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/violencia-policial-no-brasil-uma-pessoa-negra-e-morta-a-cada-quatro-horas/> Acesso em 16 de maio de 2022.

destaque em suas esferas de ação e que trazem as vivências no Julinho como elementos constituintes dos caminhos trilhados posteriormente³⁶.

Pensar no diálogo entre as gerações de julianos, através da atividade de elaboração de perguntas a serem feitas às professoras atuantes na escola durante a ditadura trouxe um momento de grande participação dos estudantes, que manifestaram bastante interesse num possível encontro presencial com as docentes aposentadas. Interagir diretamente com testemunhas do passado, de forma memorialística através dos relatos orais e de forma física através dos objetos e imagens de outros tempos desperta conexões e interesses por um passado mais abstrato do que real. Ao observar as interações entre os estudantes e o acervo histórico exposto em comemoração aos 122 anos do colégio, era visível o quanto as fotos das décadas de 60, a tentativa de reconhecer os espaços cotidianos mas transformados pela ação e usos ao longo do tempo. O divertimento frente as máquinas de escrever, o espanto pela caligrafia caprichada dos registros, as demonstrações que pude verificar sempre muito positivas, não havendo caso de nenhuma depredação ou de manuseio descuidado dos elementos em exposição. Reestruturar o acervo físico do museu, o espaço de exposições e as formas de armazenamento e manutenção das peças é outra possibilidade de ser feita através de projetos de pesquisa que envolvam as áreas museológicas e educacionais. Oficinas de conservação e catalogação das peças podem estar conectadas com as ações de digitalização do acervo, numa proposta ambiciosa de conservação e divulgação da história *juliana*.

De vítima da repressão a potência criadora de uma nova realidade, os jovens representam a esperança, a capacidade de visualizar futuros possíveis. Por isso que a brutalidade da violência urbana sobre a juventude deve ser combatida com o implemento de políticas públicas voltadas para diminuição da desigualdade social em primeiro lugar sempre, mas seguidas de políticas educacionais e sociais que fortalecem os elos dos jovens com as instituições de ensino, que possamos ter recursos humanos com relações de trabalho estáveis e remuneração digna, estrutura material de qualidade nas escolas públicas para desenvolver projetos nas diversas áreas do conhecimento de forma plena e não apenas inserindo disciplinas novas, privilegiando o ensino de português e matemática de forma abismal perante as outras

³⁶ Relatos oriundos das duas obras comemorativas do centenário da escola. “*Eu vivi esta história no Julinho*” e “*Julinho 100 anos de história*”. Ver referências.

áreas do conhecimento. A escola pública necessita prioritariamente é ter estrutura e recursos para poder ofertar uma alimentação com produtos nutritivos e de qualidade, o estado precisa garantir um transporte coletivo subsidiado, instituir um plano de recuperação salarial dos professores, concursos para a contratação de novos quadros efetivos, rever as políticas de terceirização no serviço público para evitar a precarização das relações de trabalho dos funcionários de manutenção e merenda das escolas. São inúmeras as ações emergenciais e que poderiam ter um impacto positivo em garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas para que vivenciem sua trajetória do ensino médio com qualidade.

Como filha da escola pública e mãe de três futuros julianos, busco fazer da minha prática cotidiana como educadora e gestora uma expressão de luta pela educação pública de qualidade. Na posição de gestora estou aprendendo a cada dia com os desafios de organizar um turno com mais de 600 estudantes, vivenciando problemas, dificuldades e recebendo demandas das mais diversas e buscando na minha atuação a resolução de questões que muitas vezes estão além da minha esfera de ação. Problemas como ansiedade, depressão, assédio emergem com força no retorno efetivo das aulas presenciais. Os desafios transcendem os aspectos mais conteudistas e avaliativos da sala de aula e trazem o desafio de repensarmos continuamente nossas práticas, a escola que temos enquanto coletivo composto pelos seus segmentos, dotados de dinâmicas e demandas próprias. A experiência na vice direção tem me trazido grandes ensinamentos e a possibilidade de conhecer outros aspectos da estrutura escolar, ampliando minha visão sobre o sistema educacional e sua complexidade. Mas a sala de aula é meu chão, meu habitat, onde me sinto a vontade, não porque sou a melhor professora de Humanas, ou porque minha aula é a mais dinâmica e interessante, enfrento minhas falhas e sei dos meus limites, mas amo o que faço e tenho a plena consciência que não teria um outro lugar pra atuar e tentar trazer uma ínfima contribuição para meus coletivos. Retomo a epigrafe desta dissertação, a utopia que o mundo será transformado pela educação me move, mesmo com os obstáculos me afastando deste ideal eu sigo acreditando que este é um caminho possível.

7. Referências:

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.

ALMEIDA, Leandro Rosetti de. **Museu da lembrança: história ensinada, narratividade e memória** 161f.: il. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) -Universidade do Estado do Rio de Janeiro, BR - RJ, 2016.

AQUINO, Israel. **Experiências compartilhadas entre a história, o ensino e as novas tecnologias digitais**. Revista Vernáculo n.º 38 – segundo semestre /2016. Pg. 106 – 126.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. **Museu virtual, prática docente e ensino de história: apropriação dos professores e potencialidades de elaboração de um museu virtual orientado ao visitante**. Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História. 2011– Florianópolis/SC.

BALESTRA, Juliana Pirola. **História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina**. Antíteses. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, vol. 9, núm. 18, julho - dezembro, 2016, pp. 249-274

BAUER, C. S. **A intervenção militar de hoje e de ontem**. Revista Carta Maior, São Paulo, 16 de mar. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Aintervencao-militar-de-hoje-e-de-ontem/5/33066>>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.

BAUER, Letícia. BORGES, Viviane Trindade. **O patrimônio e a história pública: observações sobre os embates contemporâneos**. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 48-58, maio/ago. 2019

BARROSO, Véra Lucia et al. (orgs.). **Ensino de história: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST, 2010.

BARZOTTO, Carlos Eduardo. GIL, Carmem Zeli de Vargas. **“Óbvio que antes era melhor”**: a Escola Estadual Júlio de Castilhos e o peso da memória. Aedos, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 326-344, Ago. 2019

BRASIL. **Decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013**, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm. Acesso em 19 de setembro de 2020.

_____. **Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009**, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm . Acesso em 19 de setembro de 2020.

_____. **Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014.** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L12965.htm. Acesso em 10 de setembro de 2020.

CANCLINI, Néstor Garcia. **O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, p. 95-115, 1994.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. Introdução: os lugares do historiador – divulgador. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (orgs.) **História pública e divulgação histórica.** Belo Horizonte: Letra e Voz. 2019. p. 91 – 21.

CARDOZO, Olga C. Silva. AMARAL, Érico Hoff do. **A utilização do museu virtual no ensino da disciplina de história.** Universidade federal de Santa Maria. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1387/Cardozo_Olga_Cristiane_Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 de setembro de 2020.

CERRI, L. F.; AMEZOLA, G. **El estudio empírico de la conciencia histórica en jóvenes de Brasil, Argentina y Uruguay.** *Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*, n. 24, p. 3-23, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/71003590.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2019.

CERRI, Luis Fernando (org.) **Os jovens e a História: Brasil e América do Sul** Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2018. Disponível em: <http://www.uepg.br/editora>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

COLÉGIO JÚLIO DE CASTILHOS. **Eu vivi essa história no Julinho.** Porto Alegre: Didática Sul, 2000.

COPSTEIN, Cora Schilling. SCHÄFFER, Neiva Otero e SILVA, Marcia Ivana de Lima e. (orgs.) **O Julinho sempre foi notícia.** Porto Alegre: Colégio Estadual Júlio de Castilhos, Núcleo de Integração Universidade & Escola, 2001.

COPSTEIN, Cora Schilling. EDELSTEIN, Suzana Maria Diniz. FONSECA, Ana Julieta Gavião da. GLOEDEN, Leda Oliveira. **Fundação de apoio ao Colégio Júlio de Castilhos: origem e trajetória.** Porto Alegre. Est Edições, 2015.

CUNHA, Luciana Viera da. **Liberdade Pequena: memórias do período da ditadura cívico-militar no Colégio Júlio de Castilhos (Porto Alegre/RS).** Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

DUARTE, Alice. **Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora.** Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 6 no 1 – 2013. Pg. 99-117.

DUMBRA, Camila Nataly Pinto. **Museu virtual interativo: perspectivas e possibilidades de apropriação por professores em suas práticas pedagógicas com**

crianças. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2013, 131fl.

DUMBRA, Camila Nataly Pinto. ARRUDA, Elcídio Pimenta. **Museus interativos: interfaces entre o virtual e o ensino de história.** OPSIS, Catalão, v. 13, n. 1, p. 120-136 - jan./jun. 2013.

EUGÊNIO, Jonas Camargo e GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológica.** Revista História Hoje, v. 7, nº 13, p. 139-159 – 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/430>. Acesso em 04 de janeiro de 2020.

FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis** - o caso brasileiro. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>. Acesso em 03 de janeiro de 2020.

FOGLIATTO, Débora. **Tombamento do Julinho homenageia arquiteto perseguido pela ditadura.** Jornal Sul21, edição de 07 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2016/09/tombamento-do-julinho-homenageia-arquiteto-perseguido-pela-ditadura/> . Acesso em 30 de setembro de 2020.

FONSECA. Thais Nívia de Lima. **Mídias e divulgação do conhecimento histórico.** AEDOS Porto Alegre v.4 n.1, Set. 2012. p.129 – 140.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes.** Buenos Aires, Argentina. Catálogos S.R.L., 2001.

GINSBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

GONZÁLEZ, María Paula. **La enseñanza de la historia en el siglo XXI: saberes y practicas.** 1a ed. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2018

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. **A Guerrilha Brancaleone.** Porto Alegre: Proletra, 1999.

HALBWACHS. Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. **Evidência da História.** O que os historiadores vêem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HENRIQUES, Rosali. **Museus virtuais e cibermuseus: a internet e os museus.** Artigo extraído da dissertação de mestrado em Museologia cujo título é “Memória, museologia e virtualidade: um estudo sobre o Museu da Pessoa”, defendida em 2004, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, de Lisboa. Disponível em :

<https://pesquisafacomufjf.files.wordpress.com/2013/06/memc3b3ria-museologia-e-virtualidade-um-estudo-sobre-o-museu-da-pessoa.pdf> Acesso em 10 de setembro de 2020.

KORNIS, Mônica Almeida. **Televisão, história e sociedade: trajetórias de pesquisa.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. [7] f. In: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6761/1743.pdf>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Edson Silva de. **História pública: o desafio da profissão de historiador.** Intellèctus, ano XVII, n. 2, 2018, pp. 174-185.

LIMA, Otávio Rojas (org.). **Memórias do “Julinho”:** Colégio Estadual Júlio de Castilhos, 1900-1990. Porto Alegre: SAGRA, 1990.

LIMA, Otávio Rojas; LEDUR, Paulo Flávio (orgs.). **Julinho: 100 anos de História.** Porto Alegre: AGE, 2000. 160p.

MARI, Angelica e ARBEX, Gabriela. **A falta de acesso à internet aumenta a desigualdade social,** diz Andrew Sullivan, da Internet Society. In: <https://forbes.com.br/forbes-insider/2020/04/a-falta-de-acesso-a-internet-aumenta-a-desigualdade-social-diz-andrew-sullivan-da-internet-society/>. Acesso em 11 de setembro de 2020.

MENEZES, Suzy Kamylla de Oliveira; FRANCISCO, Deise Juliana. **Educação em tempos de pandemia: aspectos afetivos e sociais no processo de ensino e aprendizagem.** Revista Brasileira de Informática na Educação, [S.l.], v. 28, p. 985-1012, dez. 2020. ISSN 2317-6121. Disponível em: <<http://ojs.sector3.com.br/index.php/rbie/article/view/v28p985/6749>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MICHALSKI, Marion. **Identidade do aluno juliano: liberdade e diversidade no ensino médio.** Porto Alegre. Colégio Estadual Júlio de Castilhos, 2010.

MIZIARA, Rosana. **Experienciar museus: um olhar sobre o Museu da Pessoa.** REVISTA DO CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO, SESC. São Paulo: SP / maio 2016, pg. 232 – 248

MORAIS, Marcello Bezerra de. SOUSA, Daniel Syllas Pereira. TAMANINI, Paulo Augusto. **O museu como espaço de memória: o espaço museológico e o ensino de história.** Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura. CAp.UERJ. Vol. 09 - Nº 18, março de 2019. Pg. 43-60.

MOURA, Carla de. **As Marias da Conceição: por um ensino de história situado, decolonial e interseccional.** 2018. 193 f. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

OGASSAWA, Juliana Sayuri. BORGES, Viviane Trindade. **O historiador e a mídia.** Diálogos e disputas na arena da história pública. Revista Brasileira de História. São Paulo, SP. v. 39, nº 80, 2019. P. 37-59.

PADRÓS, Enrique Serra. **Usos da memória e do esquecimento na história.** Letras, Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. Programa de Pós Graduação em Letras, número 22, pg 143-148. Santa Maria, 2001.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Educação, memória e patrimônio:** ações educativas em museu e o ensino de história. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60 - 2010, p. 143-154.

PEREIRA, Leandro Balejos. **Ensino de história e o ofício do historiador:** a investigação do processo de patrimonialização do espaço físico da Escola Estadual Professor Olintho de Oliveira (Porto Alegre/RS) com alunos e alunas do 6º ano do ensino fundamental. 2016. 161f. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

POLACK, Michael. **Memória, história e esquecimento.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRESSE, Jean Aparecido. BALESTRA, Juliana Pirola da Conceição. **Usos públicos do passado:** os jovens e a ditadura nos canais de História do Youtube. In: Revista Sures. v. 1 n. 13 (2019): Ditadura(s) no Brasil: autoritarismo, propaganda, apoio civil e ensino – pg. 86 a 105. UNILA, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/1827/1831> Acesso em 20 de agosto de 2022.

QUEIROGA Júnior, T., & DULCI, T. (2019). "**Professores-Youtubers**": análise de três canais do youtube voltados para o ensino de História. *Escritas Do Tempo*, 1(1), 04-29. Disponível em: <https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v1.i1.2019.0429> Acesso em: 20 de agosto de 2022.

RODRIGUES, Márcia B. F. **Razão e sensibilidade:** reflexões em torno do paradigma indiciário. Dimensões - Revista de História da Ufes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 17, 2005. 213-221 pp

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe:** a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História pública:** a comunicação e a educação histórica. Revista Observatório, Palmas, v. 3, n. 2, p. 41-65, abr./jun. 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. LIMA, Rafael Flores de. **Memória massacre Carandirú:** a história pública digital contra o esquecimento. Revista Observatório, Palmas, v. 2, n. 1, p.92-117, jan./abr. 2016.

RUDEK, Silvania. **A exploração dos museus virtuais como recurso metodológico para o ensino de história.** Cadernos PDE. Volume I. UFP. 2016.

SCHITTINO, Renata. **O conceito de público e o compartilhamento da História.** In: MAUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). História Pública no Brasil. Sentimentos e itinerários. Belo Horizonte: Letra e Voz. P. 37- 46.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. **O museu no ensino de história:** buscando novas possibilidades. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010. Pg. 348 – 358

WELTER, Eline F. de A. ZAINA, Luciana A. M. LELES, Andréia D. de. RIBEIRO, Monique S. **Aprendendo história através de museus virtuais:** uma parceria entre professores e museólogos. 3º Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2014). 20ª Workshop de Informática na Escola (WIE 2014)

WORCMAN, Karen. PEREIRA, Jesus Vasquez (orgs.). **História falada:** memória, rede e mudança social. SESC SP, Museu da Pessoa. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

YOSHIMOTO. Elton Mitio. **Museu virtual na escola:** organização de acervos mediada por recurso web 2.0. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Londrina Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza – PPGEN. Londrina, 2016.

YOSHIMOTO. Elton Mitio. OLIVEIRA, Marilu Martens. CATELÃO, Evandro de Melo. **Museu virtual e ensino de história:** proposta de sequência didática sobre representações do holocausto. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 20, n.2, p. 85-96, Maio/Agosto 2017.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998

ZAGANELLI, Margareth Vartis. REIS, Andriely Pinto dos. PARENTE, Bruna Velloso. **Museus virtuais:** mecanismos voltados à democratização do acesso à informação e ao ensino aprendizagem de história. Humanidades & Tecnologia Em Revista (FINOM) -. Ano XIII, vol. 17- JanDez 2019. Pg 155 – 164.